

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 9

(Sem revisão final)

22 de janeiro de 2019

(17 h 50 m – 20 h 44 m)

Ordem do dia:

Audição do Coronel de Engenharia João Manuel Pires

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Ascenso Simões (PS)

Odete João (PS)

Joana Barata Lopes (PSD)

João Vasconcelos (BE)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

Leonel Costa (PSD)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão) — Boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Vamos dar início à nossa reunião.

Eram 17 horas e 50 minutos.

Todos se aperceberam, obviamente, das razões do atraso do início desta reunião, que se prendem com a disponibilidade da sala e a indisponibilidade de qualquer outra sala. Fui, aliás, informado que a outra comissão de inquérito que se encontra ainda em exercício de funções está ainda a aguardar que a sala fique disponível, por razões idênticas.

Antes de procedermos ao início da audição e em conformidade com a ordem do dia, como sabem, foram distribuídos os três requerimentos apresentados, um pelo PCP e dois pelo CDS-PP. De acordo com a reunião de mesa e coordenadores que entretanto houve, aparentemente a prenuncia sobre os requerimentos é igual em todos e, portanto, se não houver objeções poderemos votá-los em conjunto.

Só para que fique claro sobre o que iremos votar: houve um requerimento do PCP solicitando ao Chefe do Estado-Maior do Exército dois relatórios adicionais sobre condições e insuficiências existentes nos Paióis de Tancos, um requerimento do CDS-PP requerendo a solicitação ao Chefe do Estado-Maior do Exército de cinco relatórios de posse e respetivo despacho do Comando; e um requerimento do CDS-PP, que requer a audição do Tenente Coronel António José Fernandes Marques de Tavares.

Vamos votá-los.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Serão, então, desencadeadas as diligências em conformidade com estes requerimentos.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Pedia ao Sr. Presidente que reafirmasse, juntos dos grupos parlamentares, a solicitação que fez aos coordenadores, no sentido de cada um dos grupos parlamentares ponderar a lista de audições e podermos fazer um acerto dessa mesma lista quando o entendermos.

O Sr. **Presidente**: — Certíssimo, Sr. Deputado, já o tinha feito informalmente durante a espera que tivemos antes do início desta reunião e reafirmo, na sequência da reunião de mesa e coordenadores, que ocorreu uma reponderação relativamente ao número de depoentes solicitados, agradecendo, obviamente, ao Sr. Deputado Coordenador do Grupo Parlamentar do Partido Socialista o gesto tido de, conforme foi acordado, até ao final desta semana todos os grupos parlamentares fazerem um esforço no sentido de acomodar o número de depoentes ao prazo expectável desta Comissão.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, informo-vos de que o Sr. Coronel já chegou.

Pausa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início ao ponto 4 da ordem de trabalhos de hoje, a audição do Sr. Coronel de Engenharia João Manuel Pires, cuja presença agradeço.

Fui informado pelo Sr. Coronel que, usando da prerrogativa que lhe é facultada, pretende fazer uma pequena declaração inicial e, portanto, dava-lhe de imediato a palavra.

Faça favor, Sr. Coronel.

O Sr. **Cor. Eng. João Manuel Pires**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, boa tarde a todos.

Sou o Coronel Tirocinado de Engenharia João Manuel Pires, promovido ao atual posto em dezembro de 2013.

Entre para a Academia Militar em setembro de 1983 e formei-me em Engenharia Militar, tendo ingressado no Quadro Permanente da Arma de Engenharia em outubro de 1990. O curso que frequentei tem uma duração de sete anos, com formação nas componentes de Engenharia Militar e de Engenharia Civil.

Para efeito da presente Comissão Parlamentar de Inquérito tenho a referir que, por despacho de S. Ex.^a o General Chefe do Estado-Maior do Exército, de 6 de dezembro de 2013, fui nomeado por escolha para desempenhar as funções de Comandante do Regimento de Engenharia N.º1, na época localizado ainda no Quartel da Pontinha, Lisboa, ficando também com a responsabilidade hierárquica e administrativo-logística sobre a Unidade designada de Polo Permanente do Prédio Militar 001/Vila Nova da Barquinha, em Tancos, e desempenhei esta função até 21 de julho de 2016. Esta Unidade foi criada na sequência da extinção da Escola Prática de Engenharia, situada no mesmo local, e decorrente da reorganização de 2013 com a fundação da Escola das Armas, em Mafra.

Esta reorganização também previa a transferência do Regimento de Engenharia N.º 1 de Lisboa para Tancos, para o mesmo local onde estava situado o Polo Permanente, situação que à época ainda não tinha ocorrido.

Os quadros permanentes em vigor para o Regimento de Engenharia N.º 1, na Pontinha, e para o Polo Permanente, em Tancos, correspondiam aos aprovados pelo General Chefe do Estado-Maior do Exército em 2011 que, no caso do Polo Permanente, foi objeto de ligeiras adaptações relativamente à Escola Prática de Engenharia. A missão do Regimento de Engenharia N.º

1 era o aprontamento de um conjunto de forças de apoio geral de escalão companhia, nomeadamente duas companhias de engenharia, vocacionadas para as construções horizontais e verticais, uma companhia geral de cooperação civil militar e também assegurar o apoio de engenharia às zonas militares da Madeira, dos Açores e ao Serviço Nacional de Proteção Civil.

A missão do Polo Permanente era o aprontamento de uma companhia de pontes, uma companhia de defesa nuclear, biológica e química, uma companhia de engenharia para a Brigada de Reação Rápida, um grupo de equipas EOD (*explosive ordnance disposal*) — no fundo, é a inativação de engenhos explosivos convencionais e não convencionais — e ministrar um conjunto de formação a quadros, constituindo-se como polo de formação e de instrução da Escola das Armas.

Paralelamente, as duas Unidades desenvolviam missões e tarefas no âmbito da proteção civil e relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e da melhoria da qualidade de vida das populações. As generalidades destas tarefas são contínuas e integram-se no designado Plano de Atividade Operacional Civil, em apoio de câmaras municipais ou de outras entidades públicas, na sequência da coordenação com as comissões de coordenação regionais e no Plano Faunos, em coordenação com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Cada uma das duas Unidades dispunha ainda no seu quadro orgânico de um Estado-Maior e de uma Companhia de Comando e Serviços que integra os recursos humanos e materiais essenciais ao planeamento, coordenação e apoio ao desenvolvimento de todas as atividades, internas e externas.

Releva-se, ainda, que algumas destas capacidades do sistema de forças aprovado superiormente e cujo aprontamento era da responsabilidade destas Unidades, em particular do Polo Permanente, que fica em Tancos, eram e são únicas no Exército e nas Forças Armadas.

No decorrer do ano de 2014, no último quadrimestre, paralelamente com a atividade normal procedeu-se à transferência do Regimento de Lisboa para Tancos, bem como à sua reorganização e instalação, tarefas continuadas em 2015, e à entrega do Quartel da Pontinha à Unidade de Intervenção da GNR.

Foi então nessa altura que se implementou o Quadro Orgânico 34.0.22 (Tancos), que tinha sido aprovado por S. Ex.^a o General CEME, em 12 de junho de 2013, e cuja implementação tinha ficado suspensa até à concretização da transferência da Unidade para Tancos.

A missão global integrada desta Unidade, para além dos encargos de formação e instrução de quadros, geralmente cursos de longa duração — curso de explosivos, destruições, minas e armadilhas; curso de sapadores; curso de construções e instalações; curso de vias de comunicação; curso de inativação de engenhos improvisados e convencionais —, continuava a ser o aprontamento da Companhia de Defesa NBQR, da 1^a Companhia de Engenharia de Apoio Geral, da Companhia de Pontes, do Grupo de Equipas EOD, da Companhia de Engenharia de Combate Ligeiro para a Brigada de Reação Rápida, acrescidos de um Comando de Batalhão de Engenharia e, mais tarde, da Companhia de Engenharia para o Apoio Militar de Emergência. Continuava com as tarefas associadas às ações de apoio à proteção civil e relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e da melhoria da qualidade de vida das populações.

Este novo quadro orgânico já contemplava nas suas possibilidades um item em que referia que a Unidade deveria garantir a segurança dos Paióis Nacionais de Tancos. Para este efeito, dispunha de um pelotão de segurança, o qual não estava guarnecido.

Contudo, a Diretiva n.º 25/CFT/14, de 1 de dezembro, que correspondia à transferência do Regimento de Engenharia N.º 1 para Tancos, determinou o seguinte: integrar a escala de segurança dos paióis de Tancos,

a partir de 15 de janeiro de 2015, em coordenação com a Brigada de Reação Rápida e garantir, em exclusivo, a segurança dos Paióis Nacionais de Tancos, conforme definido no seu quadro orgânico, após consolidação da sua estrutura regimental e em data a determinar pelo CFT, Comando das Forças Terrestres.

Foi assim que o Regimento de Engenharia N.º 1 foi nomeado para realizar a segurança aos Paióis Nacionais de Tancos nos períodos compreendidos entre os dias 15 a 14 dos meses de janeiro/fevereiro, maio/junho, setembro/outubro e dezembro de 2015 e janeiro de 2016. Em 2016, nos mesmos períodos, compreendidos entre abril/maio e julho/agosto.

Em 21 de julho de 2016 passei o comando da Unidade ao Coronel de Engenharia João Paulo de Almeida.

A Brigada de Reação Rápida, nos termos de diretivas do General Chefe do Estado-Maior do Exército e do Comando Operacional, agora Comando das Forças Terrestres, foi nomeada como entidade primariamente responsável «para a coordenação do serviço de segurança aos Paióis Nacionais de Tancos», tendo solicitado que as Unidades nomeadas para este serviço deveriam enviar ao Comando da Brigada, até ao dia D+10, a respetiva diretiva de segurança para este serviço e, até ao dia D+35, um relatório final de missão que deveria contemplar as alterações das condições de segurança às instalações.

Estas e outras orientações anteriores foram traduzidas em diretivas internas do Regimento, datadas de 5 de janeiro de 2015 e 15 de março de 2016, que, genericamente, referiam o seguinte:

- A missão era garantir a segurança aos Paióis Nacionais de Tancos nos períodos mencionados, a fim de impedir o acesso às instalações de pessoal não autorizado;

- Guarnecer e garantir em permanência a segurança física das infraestruturas militares com um sargento, um cabo e seis soldados e por empenhamento continuado de 24 horas;

- Controlar e fazer a supervisão do serviço;

- Compilar os relatórios e recolher a informação relevante a incluir num relatório final a enviar ao Comando da Brigada de Reação Rápida;

- Estabelecer contactos periódicos com a guarnição;

- Para incrementar a segurança, o oficial de dia ao Regimento de Engenharia N.º 1 deveria realizar, no mínimo, uma ronda exterior durante o dia e outra durante a noite para verificar a integridade de todo o perímetro e das instalações;

- O comandante da Guarnição de Segurança aos Paióis Nacionais de Tancos deveria garantir a segurança nos termos da Norma de Execução Permanente n.º SOIS.20.830/04, de 5 de janeiro de 2009, do Depósito Geral de Material do Exército, atualizada em 21 de janeiro de 2016, pela agora Unidade de Apoio Geral de Material do Exército.

Em resultado dos relatórios diários foram elaborados relatórios finais alusivos aos diferentes períodos, cuja síntese foi reportada superiormente ao Comando da Brigada de Reação Rápida.

Paralela e diariamente, durante os respetivos serviços, foram reportados superiormente os assuntos considerados pertinentes e relevantes no âmbito da segurança.

O Regimento de Engenharia N.º 1, em 2014 e 2015 e em coordenação com a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, desenvolveu, com recurso a equipamento pesado de engenharia, algumas ações no sentido de melhorar as condições de segurança, em concreto relacionadas com a limpeza e desmatação da área dos Paióis, e melhoramento dos caminhos de ronda exteriores e interiores.

Por último, refere-se ainda que a Unidade responsável pelos Paióis Nacionais de Tancos é a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, em Benavente, a qual tem um destacamento em permanência naquelas instalações. As normas de execução permanentes em uso em termos de comando, controlo e segurança das instalações eram da responsabilidade desta Unidade, complementadas por diretivas do Comando da Brigada de Reação Rápida.

Sr. Presidente, era isto que tinha a dizer.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Coronel.

Segundo o Regulamento, o Sr. Coronel disporia de 15 minutos para essa intervenção, mas conteve-se mais do que o bastante dentro desse período.

Iniciar-se-á agora a inquirição. Penso que estará familiarizado com o seu modo de funcionamento mas, de qualquer forma, recordo-o que, na primeira ronda cada grupo parlamentar disporá de 8 minutos para formular as suas questões a que o Sr. Coronel responderá diretamente, após o que se seguirá uma segunda ronda, em que cada grupo parlamentar disporá de 5 minutos, a que terá a amabilidade de responder apenas no fim.

Nesta primeira ronda, isso não sucederá e, como as Sr.^{as} e Srs. Deputados sabem, o Sr. Coronel João Manuel Pires foi requerida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, portanto cabe a esse partido iniciar a audição.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete João, a quem só interromperei para lhe dar conta do fim do tempo de que dispõe.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Coronel de Engenharia João Manuel Pires e, antes de começar, não queria deixar de testemunhar o reconhecimento do excelente trabalho da engenharia militar

portuguesa. É um trabalho reconhecido por todos, não só no campo militar, como o Sr. Coronel explicou, mas também no apoio à Proteção Civil e o apoio civil que sistematicamente dão, sempre que a isso são chamados.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista vou colocar algumas questões. O Sr. Coronel já respondeu a algumas das que tinha assinalado, nomeadamente sobre o que foi o novo quadro organizativo e também que numa parte do período em que comandou o Regimento de Engenharia n.º 1 lhe foi adstrita a competência da segurança dos paióis em Tancos, portanto não foi durante todo o seu comando, mas, sim, a partir de 1 de janeiro de 2015.

Estamos, portanto, perante uma situação em que o furto do material militar ocorreu um ano depois da cessação do seu comando. Como referiu, e bem, desde 2007, foi atribuída a segurança dos paióis a Unidades que integravam a Brigada de Reação Rápida.

O Comando Operacional determinou o pessoal a empenhar na respetiva segurança, como disse: um sargento, um cabo e seis soldados. O Comando das Forças Terrestres, através da Brigada de Reação Rápida, era a entidade prioritariamente responsável pela coordenação e pela segurança dos paióis. Só a partir de janeiro de 2015 o Regimento de Engenharia n.º 1 passou a integrar a escala de segurança dos paióis de forma rotativa.

Na altura em que comandou o Regimento de Engenharia, as questões de segurança de Tancos já eram da máxima prioridade?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Considero que, para um comandante, as questões de segurança das suas instalações é uma das prioridades, para além da componente das operações.

Como tal, já na altura difundi um conjunto de orientações e de diretivas concretas para salvaguardar, no fundo, essas instalações quer o

Regimento de Engenharia n.º 1, em Tancos, que é uma Unidade peculiar, quer, inclusive, os Paióis Nacionais de Tancos.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Quais os principais problemas que identificou no comando da sua Unidade face às missões que lhe foram atribuídas?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Sr.^a Deputada, conforme pode ser espelhado pelo Quadro Orgânico do Regimento de Engenharia n.º 1, o Regimento tem sete encargos operacionais, todos eles relevantes para o Exército, para as Forças Armadas e julgo que para o País, de uma forma global.

Paralelamente, além destes encargos operacionais, tem também o encargo de se constituir como polo de formação de quadros da Escola das Armas. A generalidade dos quadros, oficiais e sargentos, de engenharia que presta funções na generalidade das nossas Unidades é formada no Regimento de Engenharia n.º 1 em Tancos.

Geralmente são cursos de longa duração em que formamos especialistas em diversas áreas, nomeadamente em construção vertical, em construção horizontal, vias de comunicação e na área de inativação de explosivos improvisados, para além de outras. Por exemplo, a nossa formação base, em termos de oficiais e sargentos do quadro permanente de engenharia, é na área dos explosivos, destruições, minas e armadilhas. É um dos cursos básicos do nosso tirocínio para oficial de engenharia.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Obrigada, Sr. Coronel.

Face a esse leque alargado de formação e de competências que estavam ou estão adstritas ao Regimento de Engenharia, a pergunta que lhe faço, nesta matéria concreta da segurança dos paióis, é se teve conhecimento

do relatório de posse de comando do seu antecessor e se eram mencionadas falhas na segurança dos paióis.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Não tive conhecimento... O meu antecessor fez um relatório que julgo que é omissivo no que diz respeito à parte dos paióis. Na altura, fui substituir o nosso Coronel Monteiro Fernandes e não estávamos a desempenhar essa função. Não estávamos a fazer segurança aos Paióis Nacionais de Tancos, ainda.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Mas já tinham alguma colaboração nesta matéria? O Sr. Coronel falou da desmatação que era solicitada, das questões da inativação de explosivos. Lembro aqui, saltando um pouco para a frente, que, num dos paióis, das informações que temos, existiam munições e os LAW (*light anti-tank weapon*) que, de acordo com o relatório de 2012, estavam obsoletos e teria sido determinada a sua destruição.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — A nossa atividade, no âmbito da segurança, quando iniciei o desempenho da função de Comandante do Regimento de Engenharia n.º 1, fui abordado pelo anterior comandante, Diretor do Depósito-Geral de Material do Exército, no sentido de proceder à desmatação de toda a área interior ao perímetro e, inclusive, fazer o melhoramento dos itinerários exteriores e interiores de forma a facilitar e a permitir as rondas de viatura.

Foi esse trabalho que foi feito em colaboração, na altura, com o Depósito-Geral de Material do Exército, posteriormente Unidade de Apoio Geral de Material do Exército (UAGME).

Paralelamente a essa tarefa, um dos edifícios que albergava o nosso pessoal que fazia segurança às instalações foi também objeto de algumas

intervenções com vista a melhorar as condições de bem-estar e de habitabilidade dos nossos militares.

Relativamente à outra questão que colocou, sobre os LAW, os lança-granadas, esse material foi requisitado por mim, se a memória não me falha, em 2014/2015, e tinha como finalidade o seu emprego no curso de EOD ministrado entre novembro de 2015 e abril de 2016.

Esse material tinha como objetivo ser inativado pelos sete oficiais e sargentos que estavam a ser formados. Isto porque uma das atividades que o Regimento de Engenharia n.º 1 desenvolve em permanência, e é mais de uma centena por ano, é a inativação de engenhos convencionais e não convencionais.

Eu, como comandante da Unidade, indo formar futuros especialistas que têm que aplicar diariamente ou semanalmente este tipo de tarefas, considero que eles devem fazê-lo em presença, devem treiná-lo e ser formados em presença de determinado tipo de engenhos que são os que vão encontrar no seu dia a dia, de forma a que estejam à vontade a fazer esse tipo de trabalho que, no fundo, é a inativação desses engenhos, sejam convencionais ou não convencionais.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Então, posso retirar das palavras do Sr. Coronel que este material, não tendo sido desativado, estava à guarda para ser usado na dita formação que era dada no Regimento de Engenharia n.º 1?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Sim, senhora. Este material não foi completamente inativado, no período do curso, pela razão de ter sido fornecido mais tarde.

O curso tem três ou quatro módulos, o primeiro dos quais é o da inativação de engenhos convencionais, durante os primeiros dois meses. Como o material foi fornecido *a posteriori* só houve uma parte deles, julgo

que são quatro ou cinco LAW, que foi inativada e foi nos exercícios finais desse curso. Daí o remanescente estar ainda em paiol.

Contudo, esse tipo de munições é utilizado e pode vir a ser utilizado no âmbito da instrução dos nossos quadros que tem de ser contínua e no âmbito de determinados exercícios setoriais que fazemos para aprontamento desse grupo EOD para desempenhar essa função.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — De quem era a responsabilidade de autorizar atempadamente a utilização desse material que, como disse, não chegou a tempo ao curso?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Geralmente os cursos têm umas dotações de munições, de explosivos e de outro tipo de material. Essa dotação está normalizada e essa requisição é fácil de obter.

Uma vez que este material era para além do que estava organicamente autorizado para empregarmos nessa ação de formação, solicitámos, a título excecional, que esse material fosse fornecido. Daí alguma morosidade no seu fornecimento.

Uma vez que também é material crítico, houve algum atraso nesse fornecimento e na respetiva autorização.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Voltando um pouco atrás, quando desencadeou os meios que iriam garantir a segurança dos paióis, tinha conhecimento do estado de degradação das infraestruturas e dos meios complementares de vigilância?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Sim, genericamente, tinha.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Disse que eram elaborados relatórios diários e que depois foi produzido um relatório-síntese e que o oficial comandante da Companhia, que estava destacado, visitava as instalações a seu cargo numa ronda de manhã e numa ronda à noite. A pergunta que faço é: esses relatórios-síntese identificavam, creio, anomalias, quais eram as principais e a quem é que foram comunicadas?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — As principais anomalias tinham a ver com a deterioração das duas redes exteriores e com a inoperância da videovigilância que não funcionava.

Esses relatórios foram enviados para o Comando da Brigada de Reação Rápida que, depois, os reverteu em dois ofícios que conheço que foram enviados à consideração superior.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Quando fala em «consideração superior» refere-se exatamente a que entidade?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Os documentos foram enviados para o Comando das Forças Terrestres.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Já falou, portanto, dos problemas da videovigilância e da inoperacionalidade de todos estes meios complementares de segurança. Entendia, nesta situação, que os meios humanos que lhe estavam atribuídos eram os suficientes para o cabal cumprimento da sua missão?

Acrescento já outra pergunta, porque o tempo está a correr. Em 2012, a Inspeção-Geral do Exército, com base em inspeções técnicas dos cinco anos anteriores, emitiu um conjunto de preocupações no que respeita à

segurança do material de guerra, à segurança das comunicações e aos sistemas de informação.

Em março de 2016, a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército atualizou o plano de segurança — portanto, durante o seu mandato. Tem ideia se esta atualização do plano de segurança teve algum impacto nas operações de segurança às instalações?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Recebemos a tarefa de fazer a segurança aos paióis com este efetivo. A estrutura superior fez a avaliação do risco em função da situação dos Paióis Nacionais de Tancos e nós apenas cumprimos a missão de, com aquele efetivo, desenvolver todas as diligências necessárias com vista a salvaguardar as condições e a integridade das instalações.

Relativamente ao plano de segurança atualizado em 2016... o único documento que conheço que foi atualizado em 2016 é a norma de execução permanente, um dos anexos, que dizia respeito aos deveres do sargento da guarda. É esse o documento que conheço, que é de janeiro de 2016, se a memória não me falha.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Março, março!

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Acho que é de janeiro de 2016. Quanto a este plano de segurança, não conheço, não li, não vi!

No fundo, esta norma de execução permanente atualiza uma norma de execução permanente anterior, do Depósito Geral de Material do Exército, mas é praticamente igual, *ipsis verbis*.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Sr. Coronel, havia articulação e troca de informação entre as Unidades que faziam a segurança nos paióis, ou a

Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, que tinha a seu cargo a segurança física e eletrónica dos paióis, alguma vez promoveu reuniões com os comandantes das Unidades que integravam a escala de segurança?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Quando recebemos a missão para fazer a segurança aos Paióis Nacionais de Tancos houve uma série de reuniões e de contactos com o comando da Brigada de Reação Rápida, nomeadamente com o seu oficial de operações, informações e segurança, no sentido de receber a informação que julgámos ser necessária e suficiente para depois traduzirmos isso numa diretiva. No fundo, são as duas diretivas que referi.

Em termos de ligação com os nossos homólogos, nomeadamente com o RI15 (Regimento de Infantaria n.º 15), com o Regimento de Paraquedistas, com a Unidade de Apoio e com a... praticamente, os contactos que houve foram informais, entre oficiais de operações, mas foram, essencialmente, pontuais.

O que tentámos salvaguardar durante os meses em que executámos o nosso serviço foi que houvesse uma ligação entre o comando da Brigada de Reação Rápida, o meu oficial de operações, informações e segurança, o meu oficial de dia — que, no fundo, era esse o militar que tinha como responsabilidade fazer as tais rondas, uma de dia e outra de noite, ao exterior — e, depois, através do meu sargento da guarda, que houvesse uma ligação com o tal destacamento do Depósito Geral de Material do Exército, posteriormente Unidade de Apoio Geral Material do Exército, no sentido de cumprir escrupulosamente as diretivas que havia para executar essa segurança aos paióis.

Não sei se respondi...

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Como se procedia à requisição, levantamento ou entrega de material depositado nos paióis, uma vez que a segurança também acompanhava todo este procedimento?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Existem dois militares responsáveis pelos paióis, nomeadamente, o oficial de logística e o sargento de reabastecimento. É apenas o sargento de reabastecimento quem tem a chave de acesso aos paióis e é ele que é responsável pela sua abertura, pelo seu fecho e pela selagem.

Em termos de procedimentos, o que acontecia é que, de acordo com as autorizações superiores para cada uma dessas atividades, o material era requisitado, era fornecido através do sargento de reabastecimento, era abatido ao quantitativo que existia nesse paiol e depois era utilizado, todo ou em parte e, em função da sua atualização, ou não, entrava novamente no paiol e esse tal sargento de reabastecimento atualizava as folhas de carga de cada um dos paióis e do material respetivo.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Existiam planos de contingência que prevenissem uma reação de segurança em caso de roubo ou de tentativa de assalto?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — O que a NEP (norma de execução permanente) definia era que, numa situação como a que referiu, deveria, com urgência, reportar ao oficial de dia, neste caso do Regimento de Engenharia n.º 1; o oficial de dia, através do comando da Brigada de Reação Rápida, deveria, no fundo, desenvolver as diligências necessárias com vista a colmatar essa invasão.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Com que antecedência os militares conheciam a sua escala de serviço? E com que antecedência os militares sabiam a que horas fariam a ronda e conheciam o nível de especificação dessa mesma ronda?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Da periodicidade com que sabiam a escala de serviço não tenho memória. As escalas de serviço são, geralmente, expostas num *placard* junto às respectivas companhias, junto ao gabinete do oficial de dia, sempre com a periodicidade necessária e suficiente para os militares serem informados... mas não tenho ideia! São, depois, objeto de uma publicação em ordem de serviço e é na sequência dessa publicação em ordem de serviço que se ativa a escala de serviço.

Desculpe, qual era a outra pergunta?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Era sobre a periodicidade das rondas.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Ora bem, a periodicidade das rondas não está nem deve estar definida. Geralmente, as 24 horas são divididas em turnos e, como regra, em cada um dos turnos deve haver uma ronda apeada ou uma ronda em viatura. É essa a regra, não há... e julgo que isso também não deve estar definido porque, depois, pode criar determinada habituação. Mesmo para quem queira cometer qualquer invasão, a normalização das rondas iria facilitar isso.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Isto significa que, com alguns dias de antecedência, os militares sabiam que no dia *x* iriam estar de serviço durante 24 horas para fazer a segurança aos Paióis de Tancos.

Naturalmente, por razões de segurança, a periodicidade não estava estabelecida, mas o Sr. Coronel falou em turnos. Quantos turnos eram feitos nesse período de 24 horas?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Geralmente é o sargento da guarda que define esses turnos e, geralmente, também, são de 2 horas, por forma a facilitar o descanso do pessoal.

Em termos de dias de antecedência, como referi, geralmente, as escalas são afixadas com alguns dias de antecedência...

As escalas são feitas da seguinte forma: agrupamos um conjunto de oficiais, sargentos e praças, que fazem uma escala, e depois é sequencial. Só se houver algum serviço externo ou algo de relevante é que esses militares saem.

Logo, os militares têm alguma noção, com alguma antecedência, do dia em que vão ser nomeados para qualquer serviço, seja ele de oficial de dia, de sargento de dia, de sargento da guarda, de guarda aos paióis ou mesmo, inclusive, ao Regimento de Engenharia n.º 1. Eles sabem com alguma antecedência, também para haver algum planeamento da sua própria vida familiar.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — O Sr. Coronel sabe se, efetivamente — porque esta é uma questão recorrente —, em 2007, ou antes de 2007, existiam 44 militares disponíveis que faziam o serviço de vigilância e segurança em Tancos? Esses 44 militares estavam destacados para as 24 horas de vigilância, mas que depois passaram, como já foi aqui referido, para uma guarnição, uma composição diferente. É verdade?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Não tenho dados que consigam confirmar aquilo que a Sr. Deputada afirma.

A ideia que tenho, o meu parecer, é de que, realmente, poderia haver um portão afeto ao serviço dos Paióis Nacionais de Tancos; tal como o quadro orgânico do Regimento de Engenharia n.º 1 tinha previsto um pelotão de segurança, que era o tal composto por um oficial, seis sargentos e 35 praças, mas julgo que, depois, esse pelotão deveria ser dividido em função dos efetivos necessários para fazer a segurança aos paióis.

Não tenho dados concretos que me levem a afirmar que esse pelotão, ou esse efetivo, fazia serviço diariamente nos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. **Presidente**: — Está concluída, então, a primeira inquirição por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Segue-se o Grupo Parlamentar do PSD e julgo adivinhar que a intervenção será da Sr.^a Deputada Joana Barata Lopes, a quem dou de imediato a palavra, nos mesmo termos.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sr. Presidente, quero cumprimentar o Sr. Coronel João Manuel Pires, em nome do Grupo Parlamentar do PSD e agradecer-lhe por estar aqui connosco. Dando nota que, naturalmente, algumas das coisas já foram perguntadas e, também, que nos trouxe uma exposição inicial com alguma informação, aquilo que lhe pedia — e que decorre, aliás, da sua experiência, que valorizamos, e do percurso que expôs — é tentarmos perceber algumas coisas de uma forma mais leiga, vamos dizer assim. Peço antecipadamente desculpa se algumas coisas lhe parecerem repetitivas, mas o objetivo é mesmo este, o de que não persistam dúvidas.

Sabe que o objetivo desta Comissão tem a ver com as consequências e responsabilidades políticas e o Grupo Parlamentar do PSD quer, como já aqui dissemos várias vezes e temos de esclarecer, perceber em que é que o

Estado falhou, de que maneira falhou, porque é que existiram estas falhas sistemáticas e qual é a responsabilidade que se tem nelas.

Consideramos que o furto de Tancos foi um episódio grave, já dissemos aqui, e entendemos — e também é muito importante que isto fique claro! — que o Exército é um dos principais interessados em esclarecê-lo, não apenas porque nos acompanha neste entendimento, mas porque tudo tem feito para que se possa perceber o que é que efetivamente aconteceu. Aliás, pudemos comprovar isso quando visitámos os Paióis Nacionais de Tancos e o Campo Militar de Santa Margarida, pela disponibilidade com que fomos recebidos.

Acrescento que, independentemente das consequências e responsabilidades políticas que se pretende que se apurem nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, há um interesse fundamental do PSD na reposição do prestígio das Forças Armadas portuguesas naquilo em que entendemos que foram abaladas por este episódio, para o qual, também entendemos — já aqui o disse! — que em nada ajudou o que consideramos ter sido uma inabilidade política do lado dos responsáveis governativos.

O Sr. Coronel já respondeu a um conjunto de questões... Nós, de facto, não o chamámos, foi o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que o chamou, até porque o Sr. Coronel comandou este Regimento num tempo anterior ao do furto de Tancos.

No entanto, o Sr. Coronel referiu que a integração na escala de segurança lhe foi entregue em janeiro de 2015. Portanto, já estava no comando, já era o Comandante do Regimento de Engenharia n.º 1, quando passou a integrar a escala de segurança. Recorrendo à sua experiência e conhecimento, queria perguntar-lhe como é que avaliou o estado das instalações. Quando lá chegou, o que é que sentiu que teria de reportar sobre o estado de segurança das instalações?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Quando o Regimento de Engenharia n.º 1 assumiu a responsabilidade dos Paióis Nacionais de Tancos, uma das orientações dadas ao meu oficial responsável por essa área, que é o oficial de operações, informações e segurança, foi a de, antes de iniciarmos esse serviço, fazermos um relatório sintético a reportar o estado global das instalações, que eu já conhecia!

E já conhecia, porquê? Porque, tal como referido, o diretor do Depósito em 2014 contactou o Regimento de Engenharia n.º 1 e fomos fazer uma visita de trabalho aos Paióis Nacionais de Tancos. Nessa visita, ele mostrou-me o estado das instalações e, nessa altura, solicitou-me quais os apoios que poderíamos dar por forma a reabilitar o tal edifício que alberga o nosso pessoal de serviço, qual a nossa possibilidade de intervenção ao nível de todo o perímetro interior, exterior e, inclusive, entre as duas redes.

Nessa altura, disponibilizei-me para colaborar nos trabalhos de desmatação globais e, também, em colaborar com ele na desmatação das áreas entre as duas redes.

O comandante e o diretor, na altura, fizeram um conjunto de intervenções nos edifícios, de forma a melhorar as condições de conforto e de habitabilidade dos nossos militares, mas as instalações eram o que eram. Tinham aqueles problemas, a rede apresentava sintomas de ferrugem e julgo que, naquela altura, alguns dos buracos que existiam até foram colmatados com recurso a mão-de-obra do depósito, porque ele destacou uma pequena secção que, durante alguns meses, trabalhou connosco no desenvolvimento dessas ações.

A Sr.ª **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas, se percebi bem, diz-nos que essa visita de trabalho, da qual decorreu essa manifestação de disponibilidade para melhorar as instalações, deu-se em 2014, antes do Regimento de Engenharia n.º 1 integrar a escala de segurança. Portanto,

essas reparações que refere, e que decorreram dessa visita de trabalho, deram-se em janeiro de 2015, ou seja, o momento em que o seu regimento integrou a escala de segurança?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Já não tenho memória de quando é que foi feito esse trabalho no edifício, mas, no que diz respeito à desmatação, esses trabalhos continuaram em 2015. Julgo que foi uma frente de trabalho que desenvolvemos durante cerca de oito, nove meses.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Compreendo que a mata vá crescendo e que, portanto, tenha mantido os trabalhos, mas, em relação a outros trabalhos de segurança que tenha identificado nessa visita de trabalho, o que gostaria de perceber é se, quando integrou a escala de segurança, o relatório que disse que foi elaborado diferia daquela que tinha sido a sua apreciação em 2014? Tinham-se adicionado novas necessidades de segurança?

Gostaria que me fizesse uma comparação entre aquilo que já tinha sido o seu trabalho e aquilo que foi verificado quando lá chegou, depois, ou seja, se houve alteração nesse sentido.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — No fundo, as deficiências eram essencialmente as mesmas. O que melhorámos, como fizemos a desmatação, foi a visibilidade, incrementando significativamente a segurança, uma vez que do antecedente de um dos limites dos paióis não se via o outro limite e, a partir do momento em que fizemos algumas desmatagens e retiramos ali alguns arbustos, passou a haver alguma visibilidade e verificou-se um incremento significativo da segurança.

Aquelas deficiências mais profundas que os paióis tinham mantiveram-se, porque seriam necessariamente objeto de outro tipo de

intervenção, para o qual nem o Regimento de Engenharia n.º 1, nem o depósito, nem a UAGME (Unidade de Apoio Geral de Material do Exército) tinham capacidade técnica, neste caso.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas crê que essas deficiências punham em causa a segurança dos paióis?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Quer dizer, não colocavam de todo.

Isto é, quanto mais meios colocarmos num local para garantir a segurança, maior é a segurança, é uma questão de proporcionalidade. Se aumentamos o número de recurso numa determinada instalação, a segurança aumenta. Se, paralelamente, montarmos um conjunto de equipamentos de apoio a essa segurança, estamos a incrementá-la. Não quer dizer que isso se traduza numa inviolabilidade de qualquer instalação.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Falou-nos aqui da questão das rondas e já foram colocadas algumas perguntas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista relativamente à frequência das rondas. O Sr. Coronel dizia que havia uma ronda apeada, mais uma ronda em viatura, mas que não estavam bem definidas.

O que lhe gostaria de perguntar era, no que diz respeito à frequência das rondas, se é ou não possível que tenham passado 20 horas sem que tenha havido uma ronda.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Eu desconheço. Não tenho dados concretos nem para afirmar que sim, nem que não.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Como é que se comprovava que as rondas eram efetivamente efetuadas? Tinha algum mecanismo para garantir que isso acontecia, considerando a importância das rondas para a manutenção da segurança?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Havia registos. As rondas eram registadas. Se não eram registadas, ou não eram feitas ou, então, havia outro tipo de situação.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Pode descrever-nos, mais ou menos, o procedimento? Imagine como se efetuava a ronda: como é que se iniciava? No início deu-nos algumas indicações: poderia voltar tentar fazê-lo de uma forma mais leiga, se lhe fosse possível?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Vou então tentar completar a descrição de como estava organizado, quando eu era comandante, o serviço global de segurança da Unidade.

Os camaradas estavam de serviço, formavam a uma determinada hora, que era às 9 horas e 30 minutos, e verificava-se se estavam todos ou se não estavam. Havia então uma reunião preparatória com o oficial de dia e com os sargentos da guarda onde eram difundidas todas as instruções necessárias e suficientes para executar o serviço, quer internamente ao Regimento de Engenharia n.º 1, quer externamente, junto aos Paióis Nacionais de Tancos.

Diariamente, havia uma ligação entre o oficial de operações, informações e segurança e o sargento de segurança, com a equipa que era destacada para os Paióis Nacionais de Tancos, e eram tiradas as dúvidas que eram apresentadas, de forma a que o serviço decorresse da melhor forma.

A primeira coisa que esta equipa fazia, quando era destacada para os Paióis Nacionais de Tancos, era apresentar-se ao comandante do

destacamento da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, onde recebia os *inputs* e as orientações: quem é que vinha, quem é que não vinha, se alguém vinha levantar material, se não vinha levantar material. E dava as orientações de acordo com a própria NEP que era da responsabilidade do Depósito Geral de Material. Isso, logo, durante o dia, limitava, em concreto, a ação do sargento da guarda, porque poderia ter de fazer algumas ações de acompanhamento.

O sargento da guarda ia junto do oficial de dia, e o oficial de dia também dava logo orientações para o número de rondas é que se deveriam fazer, como se deveriam fazer, em função, também, das atividades normais dos Paióis Nacionais de Tancos. Porque os Paióis Nacionais de Tancos são objeto de algumas entradas e saídas, com diversas Unidades que vão levantar material e que devem seguir um conjunto de regras que estão definidas nessa tal norma de execução permanente, de 2009, que, depois, foi atualizada, numa parte, em 2016. No fundo é isso que se faz.

Quando fazemos um serviço de oficial de dia, de sargento de dia, de sargento da guarda, há uma divisão das 24 horas pelo efetivo e em cada um desses períodos, diz-se se há uma ronda apeada, se há uma ronda de viatura, se se vai aos paióis, se não se vai, e são essas orientações que são dadas pelo sargento da guarda. Mas cada sargento da guarda tem a sua forma de fazer esse trabalho, sempre segundo as orientações do tal comandante do destacamento e do oficial de dia e do oficial de operações, informações e segurança do Regimento de Engenharia n.º 1.

Julgo que, genericamente, é assim que temos organizados os serviços.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Portanto, o que diz é que o sargento da guarda dá essas indicações, portanto essa divisão das 24 horas pelo efetivo, de acordo com, lembre-me, as indicações de mais três

peessoas. Portanto, há mais três pessoas que dão essa indicação ao sargento da guarda?

Eventualmente, saberá então responder à pergunta sobre o número de rondas que foram efetuadas, se foram apeadas, se foram motorizadas.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Estamos a falar do sargento da guarda aos paióis, certo?

O sargento da guarda aos paióis, quando se apresenta nos Paióis Nacionais de Tancos, vai ter de receber orientações do comandante do destacamento para, durante o dia, saber qual vai ser a atividade normal dos paióis — se alguém vai levantar o material ou se não vai — e quais são as ações que tem de efetuar, no que diz respeito ao controlo de acessos.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Pergunto isso para perceber, voltando àquela ideia de que pode ou não ter havido 20 horas sem ronda, se essa divisão das 24 horas pelo efetivo é da responsabilidade do sargento da guarda, na medida em que ele é que define se vai ser efetuada esta ou aquela ronda, ou se essa indicação vem do comandante do destacamento. Ou seja, se é este que diz a ronda deve ser assim ou assim e, depois, o sargento da guarda aos paióis transmite essas orientações.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Não. É o sargento da guarda que define isso, em função das limitações da atividade diária.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Esses relatórios de turno, que diz que são aquilo que, no limite, vai comprovar se houve ou não ronda, são elaborados por quem?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Esses relatórios são elaborados pelo sargento da guarda.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Portanto, aquele que diz quais é que vão ser as rondas a efetuar, mas que depois — explique-nos — não acompanha as rondas?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Há rondas que podem e devem ser acompanhadas pelo sargento da guarda.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas está na sua discricionariedade fazê-lo ou não?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Sim.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sr. Coronel, relativamente à questão da videovigilância, enquanto esteve a comandar o Regimento de Engenharia n.º 1, utilizava o sistema de videovigilância?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Desculpe, não entendi a pergunta?

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Enquanto esteve como comandante do Regimento utilizou o sistema de videovigilância?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Não, não utilizámos. Estava inoperacional.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Portanto, na altura, já não o utilizava.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Não, não utilizávamos.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Pergunto isso, porque, justamente, a norma de execução permanente de que já nos falou — a de 21 de janeiro de 2016, que vinha atualizar a de 2009 — apresenta, enquanto procedimento, portanto, dever do sargento de guarda aos paióis, a necessidade de levantamento de cassete de vídeo do sistema eletrónico de vigilância. Está lá escrito. A norma prevê também a obrigação de se retirar essa cassete e da sua entrega no gabinete do delegado da UAGME. Também dá indicação ao sargento da guarda para ler os manuais de utilização dos sistemas eletrónicos de vigilância, sempre que entre de serviço.

Ora, se esta norma de execução permanente é de 21 de janeiro de 2016, retificando uma de 2009, porque é que ela existe? É que, segundo o que nos diz, em janeiro de 2016 o sistema de videovigilância já não funcionava, mas continua a constar da norma de execução permanente.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Não consigo arranjar nenhuma justificação para aquilo que a Sr.^a Deputada referiu.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Então, se o sargento da guarda tem essa norma de execução permanente, é a norma que ele segue para executar a sua função.

Se os sistemas de vigilância já não funcionavam, de acordo com o relatório que recebemos, desde 2012 ou 2013, tendo sido considerados obsoletos, o sargento da guarda não detetou, na norma de execução

permanente, que este procedimento estava desatualizado há, pelo menos, três anos?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Reportamos superiormente que o sistema de videovigilância não funcionava. Foi o que fizemos.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — E daí passou a ser morto, desapareceu!

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Certo, mas quem é que faz esta NEP? Terá sido reportado a quem faz a NEP que o sistema de videovigilância não funciona. É para percebermos, porque imaginamos que quem a lê, lê-a atentamente.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — A norma de execução permanente tem uma assinatura que julgo que deve ser do comandante da UAGME e que deve estar autenticada pelo oficial de operações.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sim, ela está, obviamente, assinada.

A questão é tentar perceber se, sendo esses os deveres do sargento da guarda que recebe essa norma de execução permanente, o sargento da guarda não reage, não coloca a questão, não tem maneira de dizer «esta norma está desatualizada, atualizem-na»? Porque estamos a falar de um atualização em janeiro de 2016.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — O assunto foi reportado através dos tais relatórios que fazíamos, mensalmente, e, depois, foi vertido em dois ofícios, de que tenha conhecimento, que foram enviados para o Comando das Forças Terrestres.

Mas a segurança não se prende só com esse pormenor. É essencial garantir as rondas, a vigilância, verificar se as portas dos paióis estão corretas, se não estão corretas, se estão fechadas, se não estão fechadas. É essencial.

Logo, o sargento da guarda reportou, e bem, quer ao delegado da UAGME, quer, neste caso, ao Regimento de Engenharia n.º 1, que, em consequência, reportou superiormente, mas o sargento da guarda tem de cumprir a sua função. E, para além dessas tarefas que estão aí definidas, existem outras que têm de ser desempenhadas normalmente e é isso que o sargento da guarda deve fazer.

Perante factos, como os que reportou, se não tem capacidade para as desempenhar, há outras tarefas que podem, e devem, colmatar isso que referiu.

Se não há videovigilância, ele tem obrigação de reportar, porque estamos a falar de oficiais e sargentos do quadro, ou em regime de contrato, e, no fundo, têm de se desenvolver todas as ações necessárias e suficientes para colmatar essa lacuna. É isso que temos de fazer. E tem de se cumprir a missão que é, no fundo, salvaguardar as instalações. Se tiver de fazer rondas contínuas, faz rondas contínuas, é isso que tenho a referir.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sr. Coronel, uma questão, para terminar, porque já estou no limite do meu tempo, sem prejuízo de que depois sejam colocadas mais questões.

Quanto à questão do material, do conhecimento que tem sobre o material, como é o caso dos LAW, que disse ter requisitado, explicou o porquê da morosidade na entrega. Se interpretei bem, a morosidade na entrega desse material é a causa pela qual ele depois acabou por ficar armazenado para lá do prazo e já não foi utilizado.

Uma pergunta relativamente à perigosidade: qual é a perigosidade deste material, considerando que tem sido, muitas vezes, levantada a ideia de que está fora de validade — passe a expressão —, o que significa que o fabricante não assegura, para lá daquela data, a segurança do utilizador?

O facto de não assegurar a segurança do utilizador, não significa que eles não sejam igualmente perigosos, correto? Ou seja, tendo passado a tal data de validade, eles podem continuar a ser utilizados?

Além disso, qual é o grau de perigosidade com que eles podem ser utilizados e que efeito é que têm?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Todo o material que contém explosivos é extremamente perigoso, para quem o usa e para terceiros.

E se quem não usa não tem conhecimento do que tem entre mãos, também podem ser graves as consequências resultantes da utilização.

A questão de o material estar obsoleto e em fim de vida é só uma questão de quando queremos utilizar o material, ele ter de ser eficaz, isto é, temos de carregar no gatilho, neste caso, e a munição tem de sair.

No fundo, quando se diz que o material está obsoleto, quer dizer que não é eficaz, que não cumpre a sua função, que nós poderemos pegar num tipo de munição desse género, queremos utilizá-lo em combate ou em campanha e depois ele não cumpre a função final para a qual o queremos utilizar.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas também pode cumprir.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Sim, também pode cumprir.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra, o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Coronel João Manuel Pires, agradeço as respostas que já nos deu. Peço desculpas, antecipadamente, caso haja algumas perguntas repetidas.

Sr. Coronel, logo quando ocorreu o furto ao Paiol Nacional de Tancos, o Bloco de Esquerda considerou que era um assunto de extrema gravidade e que representava uma falha nas funções centrais do Estado, na questão de segurança.

O Sr. Coronel também considera o mesmo, ou seja, que houve falha do Estado relativamente a esta matéria?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Considero que houve uma falha, neste caso, do Regimento de Engenharia n.º 1, porque a equipa que estava destacada para fazer a segurança não cumpriu a função, para a qual estava destacada. Neste caso, é uma falha.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — A Brigada de Reação Rápida escalonava sempre as mesmas quatro Unidades para fazer a segurança aos paióis de Tancos da mesma forma?

Ou seja, o Regimento de Engenharia fazia essa segurança sempre de 4 em 4 meses, ou, por vezes, poderia ser 3 meses ou 2 meses? E eram sempre os mesmos militares dessa Unidade destacada a fazer a ronda ou eles eram destacados de outra forma?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — As escalas não eram periódicas, havia alguma alternância. Isto porque há determinadas épocas que são de festa e era para não serem sempre as mesmas Unidades a calhar no Natal ou na Páscoa, a calhar em determinados períodos.

Mas não lhe consigo sistematizar qual era a ordem, acho que era aleatória.

Relativamente à questão dos serviços, face à disponibilidade dos efetivos de que o Regimento de Engenharia dispunha e comparativamente com os encargos operacionais que tínhamos de aprontar/ levantar, os efetivos que afetávamos a todos os serviços eram de todos os militares do Regimento. Isto é, não havia militares afetos só ao serviço do Paiol Nacional de Tancos, ou afetos só ao serviço de segurança do Regimento de Engenharia n.º 1.

Era uma relação em que, essencialmente, os praças eram todos os militares que poderiam ser abrangidos por essa escala de serviço, porque há outros que podem não o ser, como os condutores, que estão numa escala à parte, os socorristas, os de telecomunicações, e outras especialidades.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considerando que a segurança era feita apenas por oito militares de cada Unidade, quantos militares, desses oito, faziam a ronda?

Ou seja, eram comandados por um sargento ou o sargento não acompanhava os restantes militares? Eram dois, três, quatro?

Qual era, enfim, o período de duração dessas rondas?

O Sr. Coronel não considera que as rondas eram muito poucas, sendo apenas uma por turno, parece que foi assim que percebi o que o Sr. Coronel disse?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — As duas rondas que estão determinadas na diretiva são complementares às rondas internas.

Uma coisa são... O que está na diretiva que difundi é um incremento da segurança aos paióis. E o que disse foi que o oficial de dia, no mínimo, uma vez durante o dia e uma vez durante a noite, tinha de circundar os paióis para ver se havia alguma violação do perímetro.

No que diz respeito às rondas internas, não é só uma, são aquelas que o sargento da guarda e o oficial de dia determinarem.

Geralmente, as rondas devem ser em pares. Algumas podem ser, ou não, acompanhadas pelo sargento.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, conhecia bem o perímetro do Paiol Nacional de Tancos? Conhecia o interior dos mesmos paióis? Chegou a deslocar-se lá alguma vez? Nunca lá foi ou ia lá com regularidade, quando comandou a respetiva Unidade?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Conheço os paióis de Tancos muito bem, porque fiz lá serviços, como oficial de dia. Logo, conheço-os muito bem.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E quanto ao interior dos paióis?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Também conheço o interior dos paióis. O que é que o Sr. Deputado pretende, em concreto?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Quero saber se conhecia, exatamente, o interior.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Sim, conheço. Conheço os paióis muito bem.

Desempenhei, por diversas vezes, serviço de oficial de dia, em que, obrigatoriamente, tinha de fazer rondas. Estas rondas, que determinei, já as fiz em tempo, quer interior quer exteriormente, e, genericamente, conheço muito bem os paióis.

Em termos planimétricos, talvez não os saiba localizar, mas não são áreas desconhecidas para qualquer militar que tenha desempenhado funções, quer no Regimento de Engenharia n.º 1, quer no Regimento de Paraquedistas, quer na Unidade de Apoio.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Sr. Coronel deslocava-se lá com alguma regularidade?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Ao interior não, porque aquilo tem... O acesso aos paióis tem um conjunto de procedimentos. O único militar que estava autorizado a deslocar-se sistematicamente aos paióis era o sargente de reabastecimento, que tinha uma credencial permanente.

Todos os outros militares, neste caso inclusive o comandante do Regimento de Engenharia n.º 1, para ir aos paióis tinha de pedir uma credencial para ir e era sempre acompanhado, ou pelo comandante da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército ou pelo comandante do destacamento.

Mas, das vezes que lá fui, fui sempre com uma justificação, tinha qualquer justificação. Nunca fui lá por minha própria iniciativa.

Aliás, fui duas vezes por minha própria iniciativa, porque tinha paióis no interior e fiz, no mínimo, duas visitas aos quatro paióis que lá tinha. Foi uma das razões pelas quais me desloquei, por minha própria iniciativa, ao Paiol Nacional de Tancos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, pode dizer-nos quem é que conhecia exatamente que material de guerra existia nos paióis e de que forma havia esse conhecimento?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — A logística tem uma lista de cargas do que existe em cada um dos paióis e em cada um dos compartimentos. E geralmente são munições de 9 mm, 7.62; são explosivos de diversas espécies — IE 4-A, TNT —, e depois são detonadores, dispositivos iniciadores. Existe ali uma série de material cuja relação está na posse do oficial de logística e do sargento de reabastecimento, em permanência.

Essa lista é, em permanência, atualizada.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, como é que era feita a segurança pelos militares, em termos de armas?

Eles iam armados, desarmados? As armas estavam seladas, não seladas?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Eles iam armados e, como regra, na altura, levavam a espingarda automática G3, com um carregador vazio e depois levavam uns carregadores selados.

Era norma, eram munições reais e em cima tinha uma munição de salva.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Era normal haver paióis no perímetro de Tancos em que alguns gabinetes, algumas salas não tinham material de guerra, mas cujas portas se encontravam seladas com cadeados, com correntes? É possível isso acontecer?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — É possível acontecer.

Uma das orientações que tinha dado, na altura, e que dei, inclusive não só nos paióis, mas na minha Unidade, uma instalação, mesmo que esteja devoluta, é para estar limpa e fechada, porque isso é a garantia de que aquilo

está conforme a deixei e sei que não é vandalizada, não foi vandalizada ou não houve outro problema de qualquer género naquele tipo de instalação.

Logo, isso é possível e é normal.

Ainda mais num tipo de instalação que é de acesso restrito e reservado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, mesmo que estivesse vazio, é possível haver um cadeado, uma corrente e a fechadura estar selada?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Naquele tipo de instalação é.

Inclusive, no Regimento, há determinadas áreas que estão fechadas à chave. E a chave está algures. E eu sei quem é que tem a chave e sei que aquilo, quando foi fechado, estava limpo.

Se calhar foi esse o objetivo pelo qual isso foi limpo e foi fechado com os cadeados, porque, geralmente, há um chaveiro numerado e sabemos que a chave 10 é de uma determinada porta e que o cadeado 11 é de outra porta.

No fundo, é uma forma de esses artigos estarem registados e não haver problemas com esse tipo de artigos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Também já se falou aqui sobre a composição dos militares que faziam a segurança aos paióis nacionais de Tancos. Antes eram 44 militares e passaram para 8. De acordo com os documentos que recebemos, esta reestruturação ter-se-á verificado em 2007.

O Sr. Coronel, quando tomou conta da Unidade, nomeadamente da segurança dos paióis, teve conhecimento desta reestruturação, realizada uns anos antes, que estipulava esta diminuição de efetivos à segurança dos paióis?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Em concreto, tive conhecimento através do relatório do Ministério da Defesa Nacional, porque desconhecia isso.

Mas, conforme já referi, a interpretação que faço desse efetivo é que ele não deveria estar em permanência e diariamente de serviço aos paióis.

Esse tal efetivo deveria ser dividido por um conjunto de oficiais, sargentos e praças distribuídos por, no mínimo, quatro dias. Geralmente, as escalas de serviço têm de ser em múltiplos de quatro para que haja um descanso de três dias entre serviços sucessivos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, considera que a existência de apenas oito militares era suficiente para fazer a segurança aos paióis, tendo em conta, também, o estado em que os mesmos se verificavam, falo do perímetro, da rede, etc.?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Conforme referi, alguém avaliou, alguém determinou aquele efetivo e nós só temos de cumprir a missão de salvaguardar a integridade daquelas instalações, com o efetivo que foi estipulado superiormente.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, nunca questionou os superiores?

Tendo em conta o facto de o sistema de videovigilância estar inoperacional — pelo menos desde 2006 não funcionava—, de os sensores não funcionarem também desde 2000, enfim, de o sistema ter sido considerado obsoleto e de haver um conjunto de lacunas e de deficiências, nomeadamente nas fechaduras e na casa de guarda, que não tinha comunicação de rede fixa com as rondas, o Sr. Coronel nunca achou que

seria de relevar, junto dos superiores hierárquicos, esta situação, também tendo em conta a sensibilidade de uma estrutura de natureza militar?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Tal como já foi referido, essas anomalias foram reportadas pela cadeia responsável pela segurança aos Paióis Nacionais de Tancos.

As questões e os problemas que iam surgindo, nomeadamente a questão da habitabilidade das instalações, a questão das comunicações foram sendo sucessivamente colmatadas pelo Regimento. Por exemplo, numa primeira fase, instalámos um rádio de comunicações. Como o outro ficou inoperacional, arranjámos uma alternativa aos rádios que foram os telemóveis; foi uma forma de colmatar o problema.

Neste caso, o Regimento de Engenharia n.º 1 tentou desenvolver ações por forma a mitigar os tais problemas que eram reportados e desenvolvemos um conjunto de ações para que o serviço e a missão fossem cumpridos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considerando, também, essa degradação do sistema, em termos gerais, como já foi aqui referido, tal terá contribuído para o assalto dos paióis? Falo, nomeadamente, da falta de videovigilância, da falta de sensores e se isto terá potenciado o roubo e facilitado a vida aos ladrões?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Honestamente, não consigo fazer um juízo de valor, porque esse efetivo já era utilizado há tantos anos que não posso chegar a essa conclusão.

Desde 2007, tal como referem os documentos, utilizávamos esse efetivo e nunca aconteceu. Poderá haver outras razões, mas não... Conscientemente e honestamente, não consigo tirar essa conclusão.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, sabe em que consiste o sistema SICAVE (Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Vigilância Eletrónica)?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Já ouvi falar do sistema SICAVE.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Como sabe, também veio a público, e há conhecimento de que, em 2015 e 2017, foram estabelecidos diversos contratos, sete ou oito, no âmbito do SICAVE, o Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Vigilância Eletrónica para o Exército, e, em 2016, não foi estabelecido nenhum. Curiosamente nenhum destes se destinava aos Paióis Nacionais de Tancos.

Sr. Coronel, não considera que isto representou uma lacuna e que não houve uma atenção especial por parte dos responsáveis em relação ao facto de não terem direcionado um destes sistemas de videovigilância para os Paióis Nacionais de Tancos, sabendo-se da situação em que este se encontrava?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Daquilo que tenho conhecimento acerca dos investimentos que foram feitos a partir de 2012, estes tinham valores relativamente baixos.

Os investimentos para implementar o sistema de videovigilância, tal como estava pressuposto no SICAVE, não são da ordem de grandeza dos investimentos que foram feitos, pois este tal Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Vigilância Eletrónica do Exército pressupõe um conjunto de investimentos na área das telecomunicações extremamente profundos, nomeadamente a nível de fibra ótica.

Não sendo eu especialista nesta área, posso dizer, por exemplo, que os paióis não têm telefones fixos, logo este sistema implicava que a rede de fibra ótica tivesse de ser levada até aos paióis e fazer toda a periferia dos paióis. Estamos a falar de investimentos significativamente superiores aos que foram feitos em determinadas Unidades, estabelecimentos e órgãos, que alguém definiu como prioritários.

Julgo que os recursos financeiros são escassos e, como tal, superiormente, decidiu-se colmatar algumas lacunas que são facilmente colmatáveis, face aos valores que estão em causa.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — No seguimento dos acontecimentos, o anterior Chefe de Estado-Maior do Exército exonerou cinco comandantes militares e, depois, passados uns dias, os mesmos foram renomeados.

Sr. Coronel, ouviu, sentiu, foram-lhe dirigidas algumas manifestações de desconforto, de mal-estar, de desagrado sobre esta situação? Considera que a situação foi ou não acertada? Foi ou não injusta para com esses comandantes?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Não me cabe a mim pronunciar-me sobre se a decisão é ou não acertada. Como referi logo inicialmente, o General Chefe tem competências para nomear por escolha o comandante de cada uma das Unidades, estabelecimentos e órgãos. Como tal, quando a opinião do nosso General Chefe vai ao encontro de algo que não correu bem e acha que deve exonerar estes comandantes, por forma a facilitar e a permitir que o curso dos processos seja mais transparente, julgo que está nas suas próprias competências. Tem competências para nomear por escolha e também para exonerar.

Quando eu ponho em causa uma decisão destas, estou a pôr inclusivamente em causa toda a nossa estrutura organizacional, que é

hierárquica e em que existem momentos em que nós damos opiniões para cumprir de determinada forma uma certa missão. Depois, quando o chefe ou o comandante decide, temos de vestir a camisola, aceitar a missão e com os recursos humanos e materiais que temos, mesmo que escassos, cumpri-la, porque senão pomos em causa toda a nossa estrutura hierárquica, neste caso a das Forças Armadas.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, sentiu mal-estar, chegaram ao seu conhecimento manifestações de desagrado por causa dessas decisões?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Houve algum desagrado, porque sentiu-se eventualmente alguma injustiça, mas de certeza absoluta que já tomei decisões que outros camaradas, oficiais e sargentos sob a minha alçada, acharam que seriam injustas. É isto mesmo a ação de comando: por vezes, temos de tomar determinadas decisões nas quais não somos compreendidos.

A ação de comando é isolada, somos nós que decidimos com base na argumentação e nas justificações que temos. Depois, umas vezes decidimos em conformidade e essas decisões são bem aceites e outras não são bem aceites. Eu, de certeza absoluta, enquanto militar e comandante, tendo já comandado muitas Unidades, houve decisões que não foram do agrado de todos os meus oficiais, sargentos, praças e funcionários civis inclusive, mas é para isso que estamos cá.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Também havia conhecimento de que alguns militares de baixa patente acabaram por ser punidos. Este sentimento de mal-estar foi também sentido pelo Sr. Coronel? Ou houve alívio no seio do Exército? Foram-lhe transmitidas algumas destas situações?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Tenho conhecimento de que houve alguns militares que foram punidos, mas como não tive acesso aos processos e pelo que conheço, pelo que se diz e pelo que se lê, se me permite, não faço juízos de valor se a punição está ou não correta.

Julgo que a pessoa mais indicada para responder não serei eu, porque não tenho todos os dados presentes para fazer um juízo de valor e posso estar a ser injusto.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, faço-lhe uma última pergunta relativamente à letalidade do material de guerra, portanto sobre o efeito destruidor, o efeito explosivo e sobre algum do material obsoleto que a comunicação social transmitiu. Sabe qual era o material que se encontrava obsoleto? E, no conjunto do material furtado, era muito ou pouco?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Tenho conhecimento de que havia algum material obsoleto. Tenho conhecimento de que os LAW estavam obsoletos, eram cerca de 48, se a memória não me falha. Tinham sido inativados cerca de 4 ou 5 nos exercícios finais, mas não tenho conhecimento...

Se tiverem acesso às notas, está escrito quais são os materiais que estavam obsoletos e os que não estavam. Porquê? Porque, quando requisitámos este e outro material, tínhamos como finalidade ministrar o curso de inativação de engenhos improvisados e convencionais. Neste caso, foi uma decisão minha e do responsável pelo grupo de equipas EOD, de Inativação de Explosivos, que todos os militares — essencialmente, estamos a falar de oficiais e sargentos do quadro permanente — fizessem inativação, em situações reais, deste tipo de engenhos que, por vezes, estão armados e não detonaram ou não explodiram.

Na altura, foi um parecer do comandante da Unidade — está expresso numa nota — que era minha opinião que todos os militares que frequentassem esse curso deviam fazer inativações de engenhos explosivos, convencionais e reais, por forma a saberem e a conhecerem bem o tipo de munição que têm presente.

Eles fazem isto diariamente, mais de uma centena de vezes. Há mais de uma centena de munições, por ano, que são detonadas, implodidas e inativadas. Algumas são por simpatia, mas outras não pode ser por simpatia, têm mesmo de ser inativadas, tem de se destruir a cadeia de fogo, porque se não se destruir a cadeia de fogo pode haver consequências para as áreas envolventes. Aliás, é normal vermos algumas munições que têm sido inativadas que são provenientes ainda da Segunda Guerra Mundial, por exemplo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado João Vasconcelos. Segue-se o Grupo Parlamentar do CDS.

Sr. Deputado António Carlos Monteiro, tem a palavra, dispondo dos mesmos tempos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Boa tarde, Sr. Coronel João Manuel Pires. Queria começar por cumprimentá-lo e aproveitar, também, para elogiar o relevante papel do Regimento de Engenharia n.º 1, quer na sua atividade militar, quer na proteção civil, quer também naquilo que é a cooperação, os interesses civis, nomeadamente com várias autarquias.

Sei que o dia vai longo, aliás, já aqui está há muito tempo, pois cruzámo-nos nos corredores logo pela manhã.

Queria começar por um ponto. Ainda não temos o seu relatório de posse de comando, apesar de ter sido votado aqui, antes da sua audição, que

o iríamos requerer, mas as perguntas que lhe faço são estas: que prioridade é que atribuía à segurança dos Paióis Nacionais de Tancos no conjunto das missões que tinha o Regimento de Engenharia N.º 1? O estado dos paióis era para si uma preocupação ou não?

O Sr. Cor. Eng. João Manuel Pires: — Quando assumi as funções de comandante do Regimento de Engenharia N.º 1, essa missão não me estava atribuída.

Como referi, comandava o Regimento de Engenharia N.º 1, que estava ainda localizado na Pontinha, e comandava o polo permanente que foi fundado na sequência da extinção da Escola Prática de Engenharia e da criação da Escola das Armas.

Essa missão não me estava atribuída. Como tal, a preocupação da questão da situação dos paióis não foi vertida no meu relatório de posse de comando, é omissa.

Relativamente aos Paióis Nacionais de Tancos, era um usufrutuário. Tinha quatro paióis, onde tinha um conjunto de material: munições e explosivos. Como tal, o meu relatório de comando é omissa relativamente a essa situação.

A única referência que vem no meu relatório é que essa área não era da minha responsabilidade. Eram da minha responsabilidade cerca de 320 ha do polígono militar de Tancos, mas havia ali três ou quatro áreas pelas quais não era responsável, nomeadamente o Regimento de Paraquedistas, o comando da Brigada e os Paióis Nacionais. Tudo o resto, fora dessas redes, era da minha responsabilidade.

O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP): — Perguntei se eram para si uma preocupação, uma vez que, a partir de janeiro de 2015, passou a ter essa responsabilidade também.

O Sr. Cor. Eng. João Manuel Pires: — Só a partir de 2015 é que me comecei a preocupar, essencialmente porque era mais uma tarefa que tinha de desempenhar.

Conforme referi no meu texto, tinha — e julgo que o Regimento ainda tem — responsabilidade por sete encargos operacionais, para além dos encargos de formação.

Em 2015, para além de fazer a reorganização e a instalação de tudo o que veio do quartel da Pontinha, estava previsto o empenhamento do Regimento de Engenharia N.º 1 em dois grandes exercícios: o exercício ORION e o exercício Trident Juncture, de 2015. Nestes exercícios, empreguei duas das minhas Unidades e recebi duas Unidades de forças estrangeiras. Esta era mais uma tarefa face aos recursos que, como sabe, são escassos em termos de efetivos.

Mas, uma vez que foi decidido que deveria integrar essa escala de segurança aos Paióis Nacionais de Tancos, como é apanágio dos militares, abraçamos a missão e tentamos cumprir o melhor que sabemos e que podemos.

Tenho a dizer-lhe que uma das minhas diretivas para os meus oficiais, sargentos e praças é: mais vale fazer bem do que mal, porque se fizermos mal, a maior parte das vezes temos de repetir; se fizermos bem, as coisas correm sempre bem, e, por vezes, a sorte não nos salvaguarda e até dá algum trabalho. Era isso que dizia aos meus militares em todas as tarefas.

Falo pelo Regimento, mas qualquer tarefa que nos tenha sido dada, com os recursos que lhe damos — que são escassos, quer financeiros, quer humanos —, tentamos sempre cumprir o melhor possível e incentivamos os nossos militares a fazer isso, porque somos profissionais. Não estamos na altura do serviço militar obrigatório. Somos profissionais, desde o praça até ao comandante ou, neste caso, até ao oficial.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Estou a colocar esta questão porque, evidentemente, tendo assumido esta responsabilidade a meio do seu mandato, teve oportunidade de se aperceber da situação e de, a partir daí, tomar medidas, por isso é que queria perceber o que é que fez quando se apercebeu da situação dos paióis.

Também queria perguntar-lhe o seguinte: quando cessou as suas funções, transmitiu ao seu sucessor aquele que era o seu diagnóstico? Não considerava que a situação dos paióis era uma preocupação?

O Sr. **Cor. Eng. João Manuel Pires**: — Era uma preocupação, porque, tal como disse, o meu oficial de operações, informações e segurança estava mandatado para diariamente fazer a ligação com o sargento da guarda aos paióis e para fazer a ligação permanente com o comando da brigada, no sentido de reportar qualquer situação que pusesse em causa a segurança.

Esse oficial de segurança — neste caso, a Unidade — traduziu isso numa diretiva, daí ter mandatado, uma vez que sabíamos das lacunas do sistema de videovigilância e da rede que apresentava algumas limitações em termos de resistência física, o oficial de dia para, no mínimo, fazer duas rondas por dia, uma de dia e outra de noite. Até poderia fazer mais do que uma, mas entendi na altura... E está lá escrito que era no mínimo duas rondas. Se ele fizer uma durante o dia e outra durante a noite, julgo que poderíamos identificar qualquer problema, mas se ele fizesse mais, não...

Essas rondas, geralmente, eram reportadas ao oficial de operações, informações e segurança.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, Sr. Coronel, transmitiu ao seu sucessor essas preocupações?

O Sr. Cor. Eng. João Manuel Pires: — Sr. Deputado, se quer que lhe diga, não tenho memória se lhe transmiti ou não essas preocupações. Julgo que sim, mas não tenho memória, apesar de ter falado com ele durante duas tardes e de ter duas páginas de assuntos para lhe transmitir. Essa é a memória que tenho. Em concreto, não tenho memória, mas quase de certeza que lhe transmiti que era uma das nossas atividades.

Deixe-me só acrescentar que o serviço aos Paióis Nacionais de Tancos era uma preocupação, porque no primeiro semestre de 2016 fizemos uma proposta de reorganização dos quadros orgânicos e um dos pontos referidos era exatamente essa questão do serviço aos Paióis Nacionais de Tancos.

Escrevi, no ofício, o seguinte: «Apresentam-se as propostas para cada um dos quadros orgânicos. No âmbito das competências do RE1 (Regimento de Engenharia N.º 1), encontra-se previsto em quadro orgânico garantir a segurança aos Paióis Nacionais de Tancos. Sobre esta atribuição, refere-se que, nos últimos anos, por força da redução dos efetivos e, conseqüentemente, da Unidade, o RE1 não tem tido capacidade para assumir por si só esta tarefa. Propõe-se que, salvo previsão de colocação de um número significativo de militares, seja mantido o atual modelo de rotatividade para as Unidades do polígono e imediações».

Isto é, face à redução dos efetivos que tinha vindo a acontecer, essencialmente em termos de praças, achávamos que não tínhamos capacidade *per se* de acumular esta capacidade de fazer a segurança aos paióis com as nossas restantes atividades, de tal forma que, posteriormente, o quadro orgânico foi alterado e este pelotão foi transferido para outra Unidade.

Julgo que — agora estou a lembrar-me — transmiti isso ao nosso Coronel João Paulo de Almeida.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, a pergunta tem uma razão de ser. É que, olhando para o relatório de posse de comando, na alínea c) refere-se que os paióis ficam na área dos Paióis Nacionais de Tancos e, depois, em matéria de segurança é completamente omissivo em relação às questões relativas aos paióis. O que se diz é que a «escassez de recursos humanos inviabiliza a implementação de medidas de segurança credíveis em todas as instalações do Regimento de Engenharia N.º 1 e, portanto, as prioridades são centradas no quartel das tropas e nos centros cripto e de mensagens».

Portanto, não estão aqui os Paióis Nacionais de Tancos como sendo uma preocupação ou uma prioridade. Por isso é que estou a perguntar e a insistir neste ponto, pois, obviamente, se fossem uma preocupação, teria de constar deste relatório de posse, porque era alguém que chegava e que fez esse relatório com base nas informações que lhe foram transmitidas quer pelos oficiais de operações, quer pelo Sr. Coronel.

O Sr. **Cor. Eng. João Manuel Pires**: — Sr. Deputado, este relatório tem a data de fevereiro de... Estava a referir-se ao meu relatório, não é?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não. Estou a falar do relatório do seu sucessor.

O Sr. **Cor. Eng. João Manuel Pires**: — Desconheço esse relatório. Não sei o que ele referiu, mas, se calhar, era uma das preocupações dele, era exatamente a do serviço aos Paióis Nacionais de Tancos. Não sei o que diz o relatório.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Peço desculpa, Sr. Coronel, eu estava a citar o relatório.

O Sr. Cor. Eng. João Manuel Pires: — Não percebi.

O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP): — O relatório diz que estão centradas as preocupações no quartel das tropas e nos centros cripto e de mensagens. Os Paióis Nacionais de Tancos não aparecem como uma prioridade.

O Sr. Cor. Eng. João Manuel Pires: — Sr. Deputado, esse relatório não é da minha autoria, como tal, não me cabe pronunciar qual era a preocupação do nosso Coronel.

No entanto, o Regimento de Engenharia N.º 1 é uma Unidade peculiar, tem diversas áreas com alguma premência. No fundo, é um campo de instrução e há quatro áreas que carecem de alguma segurança, nomeadamente o chamado quartel das tropas, as instalações escolares onde ficam situadas as salas de instrução e as oficinas, e, depois, temos uma série de áreas isoladas.

Essas áreas, tirando estas quatro urbanizações que referi, é fácil entrar na área do Regimento de Engenharia N.º 1, logo, as grandes preocupações na altura em que fui comandante também eram essas: o quartel das tropas, as instalações escolares, a zona onde ficam alojados os oficiais e a zona onde ficam alojados os sargentos. Isto porquê? Por causa do efetivo que tínhamos de nomear para fazer segurança a essas instalações, que era significativo, na ordem dos 15 militares por dia.

O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP): — Sr. Coronel, segundo fomos informados já aqui, os relatórios de posse de comando são feitos com base na informação que é dada pelos oficiais de operações, pelo Sr. Comandante se lá estiver e pelo seu antecessor. Portanto, aquilo que o Sr.

Coronel João Paulo de Almeida, que o sucedeu, verteu aqui foi a informação que lhe foi dada. Por isso é que fiz essa observação, tanto mais que quando falámos das intervenções que foram feitas, nomeadamente pelo Regimento de Engenharia N.º 1 nos Paióis Nacionais de Tancos, aquilo que nos disse é que a prioridade tinha sido o edifício, mas sabemos hoje que a vedação estava absolutamente degradada.

A minha pergunta é esta: por que é que foi dada prioridade ao edifício e não à vedação?

O Sr. Cor. Eng. João Manuel Pires: — Estamos a falar de pequenas intervenções e uma chamada «grande intervenção», que era a questão da desmatação. Essas intervenções, o Regimento de Engenharia N.º 1 e, neste caso, o depósito, a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, tinha capacidade para as executar, porque implicava poucos recursos humanos e poucos recursos financeiros, e foi isso que fizemos.

Quando ultrapassa determinados montantes, as Unidades regimentais não têm capacidade para suportar esses custos e, com a «prata da casa», no fundo, com o que tínhamos, tentámos atenuar, mitigar, quer a habitabilidade, quer a segurança. Foi isso que fizemos. Inclusive, a tal equipa do depósito, na altura, em 2014, tentou fazer alguns trabalhos na vedação, na rede, e isso foi feito. Lembro-me que, na altura, foi feito.

Aquilo que o nosso Coronel João Paulo de Almeida reporta no seu relatório são as preocupações dele. Transmiti-lhe a minha opinião... Aliás, a minha opinião também era a de que não deveria ser o Regimento de Engenharia N.º 1, com os escassos efetivos que tinha, que deveria assumir exclusivamente aquele serviço. Agora, se nos garantissem o tal pelotão, tínhamos capacidade para fazer esse serviço.

Sobre o relatório do nosso Coronel, não me posso pronunciar, porque...

O Sr. **Antônio Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Já agora, gostava que também me ajudasse a perceber um pouco melhor — até porque já foi questionado sobre esta matéria — que supervisão é que era exercida pelo Sr. Coronel relativamente aos procedimentos de segurança que eram desenvolvidos nos Paióis Nacionais de Tancos, que supervisão é que era exercida pelo seu oficial de operações e pelo oficial de dia e como é que o Sr. Coronel verificava se eram cumpridas ou não as instruções de segurança que tinha dado.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Geralmente, as Unidades têm escalões e estamos a falar de oficiais e sargentos que são todos do quadro permanente.

Como Comandante, tenho as minhas funções e as minhas tarefas legais no Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército.

Eu sabia o que se passava nos paióis através da cadeia de comando, era reportado pela cadeia de comando, e aquilo que me era reportado e que eu considerava que era nosso dever transmitir foi sempre transmitido superiormente. Neste caso, as situações eram as deficiências na vedação e era o sistema de videovigilância, que não funcionava.

Portanto, o serviço tem umas regras e cada um, *per se*, ao seu nível, tem de cumprir as suas funções, que estão traduzidas em normas de execução permanente. Qualquer militar que esteja em qualquer Unidade as conhece e sabe que, quando faz serviço de segurança a uma Unidade e a uma instalação, é no sentido de garantir a integridade daquele...

Agora, se tiver de fazer uma ronda, duas rondas ou três rondas... Faz as que bem entender! Geralmente, essas rondas e esses turnos são sempre anexados aos respetivos relatórios. É essa a informação que me chega e, na maior parte das vezes, esses relatórios vêm a despacho, com o descritivo.

Aliás, o relatório que era elaborado nos Paióis Nacionais de Tancos vinha anexado a uma diretiva do Comando da Brigada de Reação Rápida. Esse relatório era diário, vinha diariamente a despacho, com os comentários, ou não, de quem de direito, que, neste caso, podia ser o oficial de operações, informações e segurança.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, é só porque já tivemos aqui, por exemplo, um Comandante do Regimento de Paraquedistas, que disse que, no tempo dele, eram feitas diariamente, em média, 15 rondas, entre montadas e apeadas.

Portanto, a minha pergunta é no sentido de saber quantas rondas apeadas e montadas eram realizadas, em média, nos Paióis Nacionais de Tancos, quando estava a prestar esse serviço de segurança, no tempo em que o Sr. Coronel foi Comandante desta Unidade.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Sr. Deputado, não lhe consigo dizer isso.

Conforme disse numa das intervenções, geralmente, o período das 24 horas é dividido por turnos e, por norma, em cada um dos turnos, deve ser feita uma ronda.

Agora, por exemplo, o serviço administrativo para um dia normal nos Paióis... Se viessem não sei quantas Unidades levantar munições, se calhar, o número de rondas tinha de ser significativamente inferior, porque há um controlo de acessos obrigatório, há umas verificações que têm de ser feitas à entrada e à saída, e é aquela guarda que tem de cumprir isso: tem de verificar os certificados, tem de verificar quem vem lá dentro e, depois, à saída, há exatamente os mesmos procedimentos.

Em concreto, não lhe consigo dizer quantas rondas os militares do Regimento de Engenharia n.º 1 faziam.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Então, vou fazer ainda uma outra pergunta relativamente a esta matéria.

Disse-nos que as rondas eram montadas e apeadas. Pode dizer-me que veículo é que foi afeto aos Paióis Nacionais de Tancos pelo Regimento de Engenharia n.º 1, para que se pudessem fazer essas rondas montadas?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Era uma viatura tática ligeira e era a que estivesse disponível, não era sempre a mesma.

Conforme eu disse, às vezes, os recursos são escassos e algumas viaturas avariavam, mas era entregue ao sargento uma viatura tática ligeira, com um condutor, para fazer as rondas.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E se não houvesse lá nenhuma viatura? Como é que se fazia essa ronda montada, então?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Se não houvesse viatura, das duas uma, ou o Regimento tinha uma e a disponibilizava ou, então, a ronda tinha de ser apeada.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E o Sr. Coronel tem ideia de quanto tempo é que demoraria a ronda apeada?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Não tenho a noção.

Sei que o perímetro são cerca de 2700 m, mas existe uma série de paióis que estão dispersos. Depende da forma como se faz a ronda, porque pode ser uma ronda só ao perímetro, pode ser uma ronda a visitar um, dois ou três paióis... Não lhe consigo dizer, porque também depende do ritmo da ronda.

Quer dizer, há uma série de imponderáveis que não consigo referir.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Em relação às rondas que o oficial de dia do Regimento teria de fazer, uma de dia e outra de noite, aos Paióis Nacionais de Tancos, alguma vez soube, no seu tempo, que alguma delas não se tivesse realizado por não haver viatura ou por qualquer outra razão?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Geralmente, o oficial de dia tem sempre viatura. Além disso, Sr. Deputado, não cabe na minha cabeça, nem como Comandante nem como oficial às ordens de alguém, uma coisa estar escrita e não ser feita.

Está na minha formação, está na minha génese e, como tal, há coisas que... Nunca tive conhecimento que qualquer ordem que tenha sido dada não tenha sido cumprida. Poderia ser mais ou menos bem cumprida, mas esse *feedback* não me chegou, por nenhuma via.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, se tal tivesse sucedido, como é que qualificaria esse facto?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Para já, é um facto grave e, depois, é um erro de formação. Quer dizer que esse camarada não foi bem formado na academia militar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, e quais seriam as consequências, na sua opinião?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Levantar-se-ia um processo de averiguações. Isto é, se houvesse matéria de facto, evoluiria para um

processo de averiguações e depois, em função dos factos apurados, proceder-se-ia em conformidade.

Contudo, não posso estar a tirar ilações de uma coisa que não aconteceu, nem tenho conhecimento de que tivesse acontecido, durante o período do meu Comando.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mudando um pouco de assunto, diga-me o seguinte: com que periodicidade é que, no seu tempo, o Regimento de Engenharia n.º 1 procedia à desmatção do terreno, no interior do perímetro dos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Durante o período em que fui Comandante, tenho a noção de que desmatámos os Paióis Nacionais de Tancos entre meados de 2014 e meados de 2015, se a memória não me falha.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Só uma vez?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Sim, nesse período foi só uma vez.

Julgo que, em 2016, não trabalhámos lá, mas não consigo ser mais concreto. Sei que andámos alguns meses a fazer os trabalhos de desmatção no interior do polígono, mas julgo que foi em 2014 ou 2015.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, não havia nenhuma estratégia de manutenção e de limpeza dos Paióis Nacionais de Tancos?

Obviamente, os comandantes dos demais regimentos disseram-nos que limpar e desmatar os Paióis Nacionais de Tancos era uma função que

caberia ao Regimento de Engenharia n.º 1 desempenhar. Não havia nenhuma regra, então, que estivesse estabelecida relativamente a essa matéria?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — A responsabilidade dos Paióis não é do RE1, é do Depósito, e cabe ao Depósito, se achar que há necessidade de proceder à desmatação, solicitá-la. Foi isso que aconteceu!

Em 2014, o Cor. Gonçalves, que era o Diretor do Depósito, abordou-me e disse-me que os Paióis careciam de desmatação. Como tal, eu disse-lhe: «Só tens de fazer um ofício a solicitar, que, com a nossa capacidade supletiva, ou suplementar, se quiseres, fazemos esse trabalho. A única coisa que tens de disponibilizar é combustíveis e lubrificantes.» Foi isso que fizemos.

Logo, cabe ao responsável pelas próprias instalações desenvolver diligências para que se proceda à desmatação ou a outro tipo de trabalhos e nós, em função das tarefas que estão calendarizadas, fazemos esse trabalho.

A nossa prioridade é trabalhar em proveito de Unidades, estabelecimentos e órgãos. Apesar de termos inúmeras frentes de trabalho, em proveito das câmaras municipais e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, trabalhamos prioritariamente em apoio das nossas Unidades. E foi isso que aconteceu.

Ao ser responsável pelos meus 313 ha, sou eu que tenho de me responsabilizar pelas minhas instalações, sou eu que tenho de as ir limpar. Se alguém achou, ou acha, que elas não estavam em condições, só tinha de pedir. Nessa altura, foi solicitado, mas, em 2016, por acaso, não tenho ideia se os Paióis estavam limpos ou não.

Aquilo que sei é que, em 2014 ou 2015, julgo, houve um incêndio e, na altura, o nosso General Grave Pereira, que era o responsável pela Proteção Civil, ficou muito satisfeito, porque os Paióis estavam completamente

desmatados. Não sei se foi em 2014 ou em 2015, mas sei que foi nesse período e, nessa altura, eles estavam completamente limpos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, aquilo que nos pode garantir é que, neste período em que exerceu o comando, os Paióis terão sido limpos ou, melhor dizendo, desmatados uma vez. É isso?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Sim, sim. E, genericamente, quando se fazem as desmatações, não é necessário desmatar todos os anos, porque aqueles arbustos mais resistentes demoram algum tempo a crescer.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Pois é, Sr. Coronel, só que o Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército na altura, o General Rovisco Duarte, disse-nos que esse tinha sido exatamente um dos problemas que tinha detetado nos Paióis Nacionais Tancos, quando lá foi, imediatamente a seguir ao desaparecimento do material de guerra.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Pois, mas não tenho nada a comentar sobre esse facto, nem julgo que seja responsabilidade do Regimento. O Regimento, se lhe solicitassem esse apoio, prestá-lo-ia, com toda a disponibilidade.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas diga-me uma coisa, Sr. Coronel: não se aproveitava o momento em que o Regimento estava com a responsabilidade da segurança do Paiol para, por exemplo, já agora, fazer essa mesma limpeza?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Na altura em que assumimos essa tarefa, fizemo-lo em paralelo, mas não me cabe a mim pronunciar-me sobre esses factos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, disse-nos que tinha tido conhecimento da atualização do plano de segurança, mas já chamaram a sua atenção para o facto de, nessa atualização do plano de segurança, feita em 2016, se terem mantido regras que têm a ver com a mudança de cassete e tudo mais.

Estando nós a falar de um equipamento que sabemos que estava obsoleto em 2006, não estranha que, 10 anos depois, as regras se mantivessem as mesmas?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Não fui eu que elaborei a norma de execução permanente nem fui eu que a difundi.

Quer dizer, esses factos eram do conhecimento de todas as entidades, quer do responsável do Depósito, quer do Comandante do Destacamento da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, quer de todas as outras. Não me posso responsabilizar nem referir seja o que for sobre um documento que não é da responsabilidade do Regimento de Engenharia n.º 1, quando eu estava lá a comandar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, sabendo o que sabe hoje e conhecendo, nomeadamente, o documento do Ministério da Defesa que diz que houve uma redução do efetivo em 75% no que diz respeito aos homens, isto é, ao pelotão que era disponibilizado por diferentes Unidades para a secção, considera que era efetivo suficiente, tendo sido desativado o sistema de videovigilância, estando também sem funcionar o sistema de deteção, para garantir a segurança dos paióis? Tanto mais que

aquilo que nós nos apercebemos é de que, na prática, os praças que estavam, e uma vez que a patrulha era feita aos pares, efetivamente responsáveis por fazer essa segurança eram seis, havendo um sargento e um cabo?

O Sr. **Cor. Eng. João Manuel Pires**: — Tal como já referi, desde que aumentemos os efetivos que fazem segurança a uma determinada instalação estamos a diminuir a probabilidade de ela ser invadida ou roubada. O mesmo se passa com os chamados equipamentos complementares, se eles existirem e se estiverem a funcionar, diminui-se a probabilidade, se eles não estiverem a funcionar, aumenta a probabilidade, mas não a elimina.

O Sr. **Presidente**: — E agora para encerrar a primeira ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito boa tarde a todos. Quero agradecer ao Sr. Coronel João Manuel Pires o atraso da nossa audição, que pode dizer que é da Marinha porque estivemos na audição regimental do Chefe de Estado-Maior da Armada, a propósito da lei da programação militar e, portanto, a responsabilidade é da Armada, no que diz respeito a este atraso e, portanto, o Exército tem aqui um capital de queixas sobre a Armada que pode usar nesta audição se assim o entender.

Queria agradecer-lhe as respostas que, entretanto, já deu aos Srs. Deputados. Não tenho muitas questões, tenho algumas. Para nós é importante perceber se as insuficiências e os problemas detetados no âmbito da segurança foram reportados superiormente, porque sabemos dos diferentes graus da estrutura hierárquica do ramo do Exército e das diferentes estruturas que detêm diferentes responsabilidades. E, portanto, o Sr. Coronel já teve a oportunidade de dizer que aquilo que era da sua competência foi

reportado os problemas da videovigilância e da degradação das instalações, foi enviado à Brigada de Reação Rápida, ao Comando das Forças Terrestres a informação. Portanto, no fundo, cumpriu com a obrigação de quem está no terreno de relatar aquilo que são as insuficiências.

Depois esta questão da desmatação ou não, naturalmente, percebendo que compete a quem tem o comando das instalações é que compete fazer o pedido à Engenharia, nós sabemos o papel que a Engenharia desempenha a nível nacional e também percebemos que não é uma intervenção *ad hoc* da Engenharia em instalações que não estão sob o seu comando. Portanto, essa questão para nós é clara.

À pergunta se o Estado falhou, que é uma pergunta que está em voga e que me causa sempre alguma confusão, como se o Estado fosse uma entidade concreta e não uma entidade abstrata cujo assacar de responsabilidades é naturalmente difícil, o Sr. Comandante diz que não, que quem falhou foi quem estava escalonado no serviço de segurança. Eu percebo o que disse, cá estaremos também para retirar as ilações, mas queria abrir o leque dessa responsabilidade. Isto é, Sr. Coronel, pergunto-lhe o seguinte: instalações daquela natureza, com aquela sensibilidade do ponto de vista militar, com a degradação das condições físicas em que estavam, com a falta de meios complementares, nomeadamente de videovigilância, nós poderemos assacar as responsabilidades exclusivamente a quem faz a ronda daquelas instalações, ainda por cima num cenário em que estavam alocados a essas instalações oito militares, com aquela dimensão territorial, do ponto de vista de proteção? Isto é, ou teremos de fazer uma análise de quem, do ponto de vista do comando, estruturou e permitiu que as instalações funcionassem com aquele nível de segurança. Era a pergunta que, em primeira instância, lhe queria deixar.

O Sr. **Cor. Eng. João Manuel Pires**: — Sr. Deputado, conforme já referi, tenho conhecimento dos relatórios que enviei para o Comando da Brigada e tenho conhecimento, no mínimo, de dois ofícios que foram enviados para o Comando das Forças Terrestres a reportar as principais anomalias, um dos quais é de agosto de 2015 e outro é de 2016. No mínimo, esses vi-os e tenho-os aqui.

E quando refiro que há uma responsabilidade, uma falha da Secção, há mesmo uma falha. Quando aqui se refere — que eu não tenho dados objetivos — que durante 20 horas não se faz uma ronda, não posso tirar outra conclusão que não a de que houve uma falha nossa, neste caso da Secção, porque ninguém nos garante que se fizéssemos as rondas todas não havia roubo, mas estão reunidas as condições para tal acontecer. É isso a que me refiro. Quando somos responsáveis é aquilo que... E mesmo que não tenhamos conhecimento deste período tão largo de horas em que não houve rondas, se houver um roubo, há uma falha qualquer, há uma falha no sistema.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Fez a sua afirmação em sentido abstrato, isto é, na falha no sentido de que eram eles que estavam no turno e foi nesse turno que ocorreu uma invasão do perímetro e, portanto, a falha está ali, eu percebo essa questão. E naturalmente se se comprovar esta perspectiva de que houve 20 horas sem qualquer tipo de ronda, obviamente que também estaremos cá para a assunção das responsabilidades.

Mas eu fazia-lhe a pergunta ao contrário: cumprindo com aquilo que são as rondas estipuladas, as normas, a NEP, no que diz respeito à orientação relativamente às rondas, concorrem ou não para a oportunidade do furto a degradação das instalações e a ausência de videovigilância? Isto é, é possível, por muitas rondas que fizessem, ter uma instalação daquelas sem uma videovigilância que complemente a segurança e de ter aquilo em

condições mínimas para permitir dissuadir aquilo que aconteceu, que foi o furto?

O Sr. **Cor. Eng. João Manuel Pires**: — Nós podemos montar os sistemas de segurança mais sofisticados em qualquer sítio, mas o maior elemento dissuasor perante um potencial assaltante é sempre o recurso humano, porque quem vai assaltar faz o estudo dos equipamentos e aquilo tem umas regras, tem umas normas, que funcionam sempre da mesma forma.

O fator humano é o fator mais imponderável que pode haver numa instalação, porque quem está no exterior não sabe quando é que passa a viatura, se vai apeado ou se não vai apeado, quantos vão e a que horas. Agora, quer dizer, potencia. Se nós tivermos os equipamentos a funcionar, quer dizer, apoiava, mas não era eliminatório de haver qualquer entrada de pessoas estranhas às instalações.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Agradeço e registo a sua resposta porque ela é importante.

Dado a centralidade que dá à ronda e ao fator humano, também lhe faço a pergunta relativamente aos recursos humanos, isto é, face à extensão daquilo que é o perímetro, se os oito recursos humanos que estavam alocados à segurança física daquelas instalações, na sua opinião, eram ou não suficientes para permitir manter mínimos de segurança naquelas instalações.

O Sr. **Cor. Eng. João Manuel Pires**: — Aqueles efetivos vinham já desde 2006/2007,...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Nós sabemos disso, Sr. Coronel!

O Sr. **Cor. Eng. João Manuel Pires**: — ... até então tinham funcionado. Alguém avaliou o risco, alguém definiu aqueles efetivos. Não sei quais são os fatores que, na altura, foram analisados e levantados, quais foram as vantagens e os inconvenientes e depois qual foi a decisão. Não tenho dados objetivos para lhe dizer se eram suficientes ou não. Aquilo que refiro é que se forem mais, melhor. Aliás, até tira carga aos efetivos que estão presentes.

Se forem menos, sobrecarrega quem está a fazer esse serviço e refiro-lhe que são serviços duros. De inverno, com -1 e -2 graus, são serviços muito duros. Eu fiz esse serviço em Tancos, quando estava na antiga Escola Prática de Engenharia, e são serviços duros, em qualquer sítio, seja nos Paióis Nacionais de Tancos, seja no quartel das tropas, seja nas instalações escolares, e quando chove as rondas têm de ser feitas na mesma. Logo, se aumentámos os efetivos, diminuámos a carga, mas isso não elimina o risco.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Coronel, acho que percebi bem um dado que usou no início da sua intervenção, que tem que ver com um dos materiais que foi furtado que é de maior sensibilidade do ponto de vista de perigosidade, que são as granadas, os foguetes, os LAW.

O Sr. Coronel disse que os LAW que estavam defeituosos eram utilizados na formação dos novos militares que tratam da desativação de explosivos. Confirma isso?

O Sr. **Cor. Eng. João Manuel Pires**: — Vamos ver, os LAW estavam em fim de vida, estavam obsoletos. Porquê? Porque em x engenhos daqueles, eles não acionaram, não dispararam.

A única metodologia para os destruir é por simpatia ou destruindo a cadeia de fogo e esse trabalho tem de ser feito. E são esses militares que

desempenham essa atividade... Por simpatia diz-se quando se coloca uma carga explosiva ao lado e depois se aciona à distância.

No entanto, em determinadas situações, isso não pode ser feito assim. Quando se está no meio de um ambiente urbano e quando as consequências para a zona de desenvolvimento são graves, essa munição tem de ser desativada no local. E este tipo de munição, conforme está, é mais estável do que a generalidade das munições que são inativadas por estes militares. Porquê? Porque estas munições são inativadas quando não explodem e aí já estão armadas. Quando se faz tiro, a munição sai, chega a um certo local e não explode. Ela está armada, qualquer coisa que se lhe faça, aquilo pode detonar. Logo, é mais seguro trabalhar este tipo de munições do que o trabalho normal, a tarefa que eles normalmente desempenham, que é contínua.

Tal como lhe disse, nós praticamente todas as semanas temos militares a desempenhar este tipo de tarefa e são mais de uma centena de munições que são inativadas todos os anos, porque há muitos exercícios, há muita atividade operacional e quando há tiro, quer seja de artilharia, quer seja antiaérea, só pode haver tiro desde que esteja uma equipa EOD de alerta ou que esteja presente para fazer esse trabalho. Tem de ser identificado o local onde a munição caiu, porque senão...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — A minha pergunta tem um objetivo, é que pode parecer estranho para a generalidade da população por que é que o Exército decidiu guardar nos Paióis Nacionais de Tancos os *rocket* e os LAW quando se sabia que eles estavam inoperacionais ou defeituosos. Portanto, o objetivo da sua guarda nos Paióis Nacionais de Tancos tem que ver com esse objetivo da formação? É essa a pergunta que queria confirmar consigo.

O Sr. **Cor. Eng. João Manuel Pires**: — É treino e instrução. É isso, treino, instrução e formação. É exatamente isso.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Disse que nos Paióis Nacionais de Tancos tinham 48 destas munições, que, no fundo, são munições e que foram inativadas apenas cinco. Foi isso que disse?

O Sr. **Cor. Eng. João Manuel Pires**: — Sim, é o registo que tenho aqui do levantamento, que foram 48, mas posso confirmar.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Destes 48 obsoletos, na formação foram apenas utilizados cinco. Foi o que disse?

O Sr. **Cor. Eng. João Manuel Pires**: — Foi a informação verbal que me deram.

São 48, foram levantados em 1 de fevereiro.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Foram utilizados na formação e inativados, no fundo, destruídos,...

O Sr. **Cor. Eng. João Manuel Pires**: — Foi nos exercícios finais.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E foram destruídos os 48?

O Sr. **Cor. Eng. João Manuel Pires**: — Não, não.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Ou apenas cinco?

O Sr. **Cor. Eng. João Manuel Pires**: — Sim, sim!

O quantitativo que me deram foi de cinco, mas eu...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E acabaram por ser alguns destes que foram furtados depois, no Paiol Nacional de Tancos? Presumimos que sim...

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Não lhe consigo dizer se foram estes ou se foram outros.

Esta informação que lhe estou a transmitir foi porque entrei em contacto, na altura, com o responsável pelo centro de treino de explosivos e contramedidas, que era a entidade responsável por ministrar estes cursos e ele disse-me que... Foi uma das razões pelas quais tinha a minha dúvida, porque é que não tínhamos destruído mais e eles... Tinha que ver com o facto de a primeira parte ser a inativação de engenhos explosivos e estes tais cinco, é à volta de quatro ou cinco, terem sido inativados nos exercícios finais.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, não tenho mais perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Está, assim, concluída a primeira ronda da inquirição de hoje. Seguir-se-á, como há pouco referi, a segunda ronda. Os grupos parlamentares disporão de até cinco minutos para formular as suas questões. Formulá-las-ão de modo sucessivo e, no final, o Sr. Coronel João Manuel Pires teria a amabilidade de responder. Pedia-lhe, assim, que fosse apontando, porque é provável que quando chegar ao último grupo parlamentar haja alguma dificuldade em lembrar-se das questões sem apontar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Leonel Costa, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, entendemos, naturalmente, as reservas que tem em abordar aqui algumas questões, sobretudo pelo facto de não estar no exercício do comando da segurança e vigilância dos paióis de Tancos, à data dos factos, mas reconhecemos e agradecemos o esforço que tem feito para nos esclarecer.

Na continuação desse esforço, vou-lhe pedir que esclareça aqui, mais em pormenor, algumas questões, sempre com esta *nuance* de termos conhecimento que, de facto, não estava no exercício das funções.

Antes de lhe colocar uma questão, tenho de fazer uma espécie de enquadramento, mais de carácter político.

Já foi aqui referido que a sua audição não foi requerida pelo Grupo Parlamentar do PSD, porque o Sr. Coronel, como disse, não estava em exercício de funções à data do furto; foi chamado, sim, pelo PS.

O objetivo do PS é tentar alargar o âmbito de aplicação dos factos para trás, portanto, para antes do seu Governo, mas, se fizermos este exercício de andar para trás, conforme já várias questões que foram feitas aqui, temos, forçosamente, de vir para 2007 — que foi quando se verificou a tal reestruturação, de que vários colegas meus já falaram, e penso que é assente, aliás, foi reconhecida pelo Ministério da Defesa —, com a redução de 75% do número de efetivos.

Já se tentou aqui, e basta ver agora, pelos comentários que estamos a ouvir, que se tenta defender que isto não foi bem assim. E diz-se que os 44 operacionais que havia antes de 2007, antes desta reestruturação feita no Governo de José Sócrates,...

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — ... que se tinham de dividir por quatro rondas e, portanto, a redução de 44 para 8 é uma falsa questão, porque os 8 são os efetivos a cada momento. Pergunto-lhe: é assim? Foi sempre assim? Estavam sempre presentes estes 8 efetivos? O tal cabo, o sargento e os seis praças?

É que, nesta lógica, dividindo 44 pelas tais quatro rondas, dá 11. Relativamente aos 8 que temos, atualmente, como efetivos, isto dá uma redução de cerca de 30%.

Como disse o Sr. Coronel, e bem, quantos mais tivermos, menor é a possibilidade de ocorrer aquilo que ocorreu. Portanto, pergunto-lhe se, na sua opinião, e é um pouco isto que nós também pretendemos perceber, esta redução é ou não insignificante.

Relativamente à questão das tais 20 horas sem rondas, que parece que foi o que aconteceu no dia do furto — e esta questão já foi um bocadinho abordada —, gostava que nos pudesse esclarecer se isto poderá, eventualmente, derivar da falta de pessoal; o que é que falhou e se, no exercício do seu comando, isto alguma vez aconteceu ou poderia acontecer.

Com esta Comissão pretendemos, conforme já disse, recuperar também o prestígio das Forças Armadas e queremos, além de apurar as condições físicas e operacionais, de que já se foi falando um bocadinho, esclarecer uma questão da qual não se falou, e acho que era importante, que era a de perceber e avaliar a atuação das diferentes entidades no pós-furto.

É que me parece relevante, porque tudo correu de forma muito estranha, começando, por exemplo, pela tomada de conhecimento pelas notícias. Anteriores colegas seus já disseram que tomaram conhecimento pelas notícias. Pergunto-lhe como é que tomou, também, conhecimento. Penso que ainda não foi colocada esta questão, mas anteriores colegas seus, e até diretores do SIS (Serviço de Informações de Segurança) e do SIRP (Sistema de Informações da República Portuguesa) tiveram conhecimento

pelas notícias. É que esta questão parece-me injustificável aos olhos de qualquer cidadão.

Portanto, pergunto se é normal que assim fosse, o que é que falhou e qual seria o procedimento normal nestes casos.

Também a reação dos envolvidos foi, no mínimo, estranha, não concorda? É que parece que tudo ocorreu com determinada naturalidade para as várias instâncias, até governamentais. Quase parece que este furto foi uma realidade um bocadinho à margem do sistema.

Por isso, queria questionar se, perante a gravidade — porque me parece que é grave este furto —, não haveria motivo para alteração do nível de ameaça, face a esta intrusão no Exército.

Mais uma vez, aos olhos do cidadão comum, esta questão é, no mínimo, estranha: o Exército ter sido assaltado e não ter sido alterado o nível de ameaça e de segurança.

Por isso, gostava de ouvir aqui o seu entendimento, enquanto militar, quanto a esta questão.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se, agora, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem, para o efeito, a palavra a Sr.^a Deputada Odete João.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Sr. Presidente, começava por afirmar que a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército é responsável pela segurança física e eletrónica, ao ter produzido as normas de execução permanente completamente desfasadas da realidade, ao pedir para se retirar uma cassete de um sistema que não funcionava não fazem sentido.

Mas, permitam-me referir uma situação que foi aqui falada, que é uma situação de pormenor mas que não deixa de ser importante: o plano de segurança elaborado por esta Unidade — referi março de 2016, outros Srs. Deputados referiram janeiro de 2016,...

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Está nas NEP.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — De facto, há informação distinta em dois documentos distintos. No *briefing* está um e no documento que foi entregue está outro.

Tal como, relativamente ao escalonamento do Regimento de Engenharia n.º 1, no *slide* está dito que entra no escalonamento, na página 16 deste documento, «Tancos 2017, Factos e Documentos», é dito que «garantiam em exclusivo a segurança», mas nós sabemos que não foi assim. Isto para referir que, de facto, há aqui algumas informações que não são coincidentes.

Quanto ao nível de ameaça, Sr. Coronel, gostava de perguntar se, durante o seu comando, o nível de ameaça alguma vez foi alterado e de quanto em quanto tempo é que recebia informação sobre a ameaça das instalações que estavam na sua dependência.

Houve ou não uma subavaliação dos riscos, tendo em conta as condições existentes?

Quanto à segurança nacional, que, de algum modo, já foi aqui abordada, foram tornadas públicas diferentes opiniões sobre o grau de operacionalidade do material roubado nos paióis. A pergunta é a seguinte: o material militar é perigoso? Neste caso, colocaria ou não em causa a segurança coletiva e nacional?

Não podemos deixar de recordar outros casos de roubo de material de guerra ou das *Glock* na PSP e o material no Regimento da Serra da Carregueira.

A pergunta que faço é se houve uma quebra de segurança, a nível geral, em relação à guarda do material de guerra.

Por último, o Sr. Coronel deixou-nos aqui uma preocupação quando disse, e bem, que o oficial de dia ou o sargento determinavam as rondas e a forma como elas eram feitas, mas depois associou muitas dessas rondas à entrega ou depósito de material militar existente nos paióis. Isso significa que temos a possibilidade de, num dia, não serem feitas outras rondas, para além daquelas que decorrem da segurança que é feita quando há esta entrega de material às Unidades que o requisitam ou que aí o vão depositar.

Percebemos que, ao longo destas audições, há, de algum modo, uma continuidade nos procedimentos, e isso é natural, e que elas se foram mantendo até ao momento em que é praticado o roubo.

Deixo-lhe a última pergunta: na sua opinião, o que falta fazer para que situações deste género não voltem a ocorrer?

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Para tal, tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, tenho só duas questões muito rápidas.

Sr. Coronel, segundo veio a público, e todos temos conhecimento disso, o roubo do material militar ter-se-ia feito com recurso a carrinhos de mão durante um percurso de 500 m.

O Sr. Coronel tem, mais ou menos, a noção de quanto tempo seria preciso, quanto tempo levaria esta operação a decorrer, sem a ronda detetar, efetivamente, esse roubo? Seriam necessários muitos carrinhos de mão, seriam necessárias muitas viagens; não acha estranho, efetivamente, pela quantidade de material furtado, o facto de tal não ter sido detetado?

Outra questão é se o Sr. Coronel considera que, face ao material que desapareceu, alguma vez esteve em causa a segurança do País.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do CDS-PP, tendo a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, completando a inquirição anterior, porque ficámos aqui com algumas perguntas por fazer, a primeira pergunta é se poderia identificar quais eram os paióis ou paiolins que estavam no perímetro do Paiol Nacional de Tancos e, especificamente, os que estavam afetos ao Regimento de Engenharia n.º 1. Designadamente: sabe se foram esses os que foram objeto de furto, se foram esses que foram arrombados e assaltados? E, por essa mesma razão, pode confirmar-nos que os LAW que lá se encontravam eram, exatamente, os seus LAW, portanto, aqueles que tinha requisitado? Pode dizer-nos qual é a perigosidade, até para o País, desses mesmos engenhos?

Depois, em relação ao relatório de averiguações que resulta do processo aberto pelo Sr. Chefe de Estado-Maior do Exército, é-nos dito, nesse relatório, que não foram feitos treinos, os simulacros específicos relativos à segurança física nos paióis nacionais de Tancos. Confirma que assim era?

Por outro lado, é também dito que houve falta de Unidade de comando, que as Unidades atuavam sem uniformidade de procedimentos entre si — e, aliás, o Sr. Coronel, disse-nos que tinha determinado uma medida suplementar, que era a patrulha do oficial de dia. A minha pergunta é: face a este resultado, considera corretas estas afirmações? Era assim enquanto se encontrava a desempenhar funções ou isto, esta ligação, aconteceu depois de cessar as suas funções?

Por outro lado, em relação a uma matéria que, confesso, me deixa particularmente inquieto, nomeadamente a das rondas e do pessoal que devia estar afeto às rondas, a fiscalização que a cadeia hierárquica deveria exercer sobre estes diferentes graus de responsabilidade, a resposta do Sr. Coronel

foi muitas vezes «Alguém terá estabelecido as regras, alguém terá fiscalizado se eram cumpridas e alguém terá realizado essas mesmas rondas».

Ora, gostaria de citar as palavras de um camarada seu já inquirido nesta Comissão de Inquérito, Coronel Alves Pereira, que disse «O comandante da Unidade é responsável pelo aprontamento e estado de prontidão da sua Unidade». Portanto, assume aqui que a responsabilidade da sua Unidade é dele.

Por isso, pergunto ao Sr. Coronel se tem este mesmo entendimento, se se revê nesta forma de exercer o comando. Tanto mais que, olhando para as declarações também de camaradas seus aqui, por exemplo, em relação à elaboração do relatório de posse de comando, quem recebe funções recebe o *briefing* da Unidade e o oficial de operações refere todas as questões, que a pasta é transmitida pelo seu antecessor. Quando começamos a olhar para a documentação, percebemos que não eram, no fundo, identificados estes problemas em relação aos Paióis Nacionais de Tancos.

Ficamos um pouco com a sensação de que, no meio de tantas responsabilidades, e todas elas importantes, que o Regimento de Engenharia n.º 1 tinha, a questão de Tancos ficou num papel absolutamente secundário, relegado, se quisermos, para o fim da lista dessas prioridades.

Também gostaria de perguntar ainda se, face à situação nos paióis, alguma vez lhe ocorreu propor o seu encerramento, exatamente por considerar que não deveria manter-se aquela situação. Isto perante o diagnóstico que, hoje em dia, todos conseguimos fazer em relação aos paióis.

Para terminar, uma vez que houve uma declaração inicial escrita em que foram citados dois documentos que o Sr. Coronel teria na sua posse, solicitava ao Sr. Presidente da Comissão que pedisse ao Sr. Coronel que nos fornecesse a sua declaração inicial, o que nos ajudaria para não termos de a desgravar toda, e, por outro lado, os dois relatórios, as duas informações que

disse ter consigo para serem distribuídos pelos diferentes grupos parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, só uma pequena questão que decorre do conjunto de intervenções e da informação relativamente aos LAW. Queria saber, Sr. Coronel, em relação à pergunta que foi feita aqui pelo Sr. Deputado António Carlos Monteiro, confirmando que o paiol que foi assaltado foi onde estavam os materiais que foram requisitados ao Regimento de Infantaria n.º 1, quem tinha acesso, quem sabia o que estava dentro do paiol, isto é, quem tinha acesso à informação do conteúdo concreto de cada um dos paióis, nomeadamente nestes, se se confirmar que foram estes os que foram assaltados.

O Sr. **Presidente**: — Relativamente à solicitação do Sr. Deputado António Carlos Monteiro, se o Sr. Coronel tiver a possibilidade de nos facultar os elementos referidos, agradecíamos.

Dou a palavra ao Sr. Coronel João Manuel Pires, para responder.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Srs. Deputados, em relação aos LAW e se estavam no paiol que foi assaltado, desconheço. Não sei.

Quem sabe do conteúdo do que está nos diferentes paióis é o oficial de logística e o sargento do reabastecimento. É ele que tem as cargas, que tem a distribuição e que tem essa informação.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Deixe-me só perguntar, Sr. Coronel: não sabe se o paiol que foi assaltado era o que tinha... A questão é a de saber

se tinha um paiol dedicado onde estavam armazenados esses LAW e se sabe qual era.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Sei que tinha quatro paióis, dois paióis e dois paiolins. Dois estavam no limite dos paióis, tenho a ideia de que era o 14 e o 15, se não me engano. E tinha dois paiolins isolados lá isolados, no meio.

Não sei... Pronto, podiam lá estar os LAW, mas não sei em que paiol estavam. Não sei se era no 14, no 15...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Ficamos esclarecidos, Sr. Coronel!

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Vamos ver, existe alguma incompatibilidade entre alguns materiais. Os materiais não podem estar guardados nos mesmos sítios e essa organização, geralmente, é feita pelo sargento de reabastecimento.

Inclusive, em cada um dos paióis há uma carga máxima em termos de capacidade explosiva. Não pode estar tudo num paiol.

Por exemplo, se um dos compartimentos de um dos paióis estava vazio, quer dizer que a carga podia ser distribuída pelos outros. Se não pudesse, aquele paiol tinha de ter material.

Não sei quais são os documentos que me estava a solicitar, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Os que referiu na sua intervenção inicial...

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — São os dois ofícios que foram enviados para o Comando das Forças Terrestres?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Está bem. Tenho-os aqui, não há problema.

Relativamente à minha declaração escrita, não li tudo o que está lá. Se quiser, posso enviar-lhe, depois, o que li. Não li tudo o que estava escrito.

O Sr. **Presidente**: — Se me permite, Sr. Coronel, como estava aqui, tive a oportunidade de o observar. Se tiver a amabilidade de, depois, depurar o documento e de o enviar aos serviços... O que interessa é a parte que o Sr. Coronel leu e não as outras.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — O Sr. Presidente viu que não li tudo. Há coisas que cortei, porque não...

O Sr. **Presidente**: — Sim, sim, mas se tiver a amabilidade de suprimir isso e de nos facultar o documento...

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Quanto à questão do encerramento dos paióis e se me passou pela ideia propor o encerramento, não, nunca me passou pela ideia, e uma das razões objetivas é que não tenho, nem tinha, ideia do material que estava lá armazenado. Nem tinha ideia, agora tenho, de se havia alternativa para armazenar todo aquele material.

Agora sabe-se, porque, entretanto, foi realizado o plano Troia e foi feita a distribuição do material por diferentes paióis, mas, na altura, só sabia o que estava dentro do meu paiol, dos meus paióis. Tinha a lista, tinha acesso

a ela, mas dentro dos outros papéis nem tenho ideia do que lá estava, nem sei o que lá estava.

Quanto ao relatório do meu sucessor e às suas preocupações, não lhe consigo referir absolutamente nada. Julgo que a melhor pessoa para responder às dúvidas do Sr. Deputado, será o nosso Coronel João Paulo de Almeida. Não tenho nenhum comentário a fazer relativamente ao relatório.

Sobre a questão das rondas, da fiscalização, vamos ver, todos os serviços que fazemos internamente são objeto de relatórios. O relatório espelha aquilo que se faz durante o serviço e tenho de confiar neles. Porque se não confiar, ponho em causa toda a atividade da minha Unidade e do Exército.

Se fizer um documento, ele for para cima e puserem em dúvida aquilo que escrevo, isto não funciona... Tem de haver lealdade, tem de haver confiança, tem de haver honestidade. Há um conjunto de virtudes militares que toda a gente deve ter, mas nós somos o espelho da sociedade!

Claro, a responsabilidade é do comandante. É sempre do comandante! Tudo o que se faz bem e mal é sempre responsabilidade do comandante. Está escrito.

Logo, ali, o sargento falhou, toda a cadeia hierárquica falhou, não tenho dúvidas. Quando a gente cumpre bem as tarefas, somos todos elogiados; quando não cumprimos bem, quem paga é o comandante. Daí o nosso General Chefe... Houve ali qualquer coisa que falhou... É o comandante! É uma razão.

E, digo-lhe, tomei algumas atitudes similares a esta. Houve coisas que não correram bem e tive de decidir. Não fui bem visto, não fui bem compreendido, mas tem de ser assim.

Quanto à uniformidade de comando no serviço, ela existe, em parte. Repito, existe em parte, porque existe uma cadeia hierárquica desde o

comandante do RE1 até ao comandante da guarda. Dependem hierarquicamente um do outro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E entre as Unidades?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Entre as Unidades não.

Mas a responsabilidade naquele período é cometida ao Regimento de Engenharia n.º 1 ou a uma daquelas Unidades.

Entre as Unidades, a entidade primariamente responsável por esta tarefa, por esta coordenação, tal como foi definido e decidido superiormente, era o comando da Brigada de Reação Rápida que fez algumas coordenações.

Lembro-me de que quando iniciámos as tarefas de segurança, houve uma ligação com o G3 da Brigada, com o oficial de operações e de informações de segurança do Estado-Maior da Brigada, em que nos deu algumas recomendações, algumas orientações. Daí que reportássemos diariamente... Tudo aquilo que era objeto do sargento da guarda era reportado ao comandante do destacamento da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército e ao oficial de operações, que é o G3. Isto era feito diariamente através do meu oficial...

Eram feitos *e-mails* a expor as questões, daí algumas das nossas preocupações serem traduzidas por NEP e por relatórios que foram enviados superiormente.

Se o nível de ameaça foi alterado? Não, não foi alterado, como é do vosso conhecimento, não foi alterado. Mas também não sei se deveria ser, porque não são as Unidades que fazem a avaliação do risco, não são as Unidades que fazem a avaliação da ameaça...

Se houvesse uma decisão deste género, viria pela cadeia de comando.

Relativamente à questão do plano de segurança e da NEP, devo dizer que o plano de segurança é um documento confidencial que só é ativado no

caso de haver uma violação do espaço físico. Esse documento é confidencial e está num determinado cofre e só é acionado nesse caso.

O que existe são normas de execução permanente que são as que se aplicam diariamente no serviço das Unidades e onde está escrito tudo o que as pessoas têm de fazer. Quando há uma violação, quando há uma falha de segurança é que se ativa o plano de segurança. Então, pela leitura do plano de segurança é que se ativam os reforços que são necessários acionar de forma a garantir a inviolabilidade do espaço.

Esta tal NEP que foi alterada em janeiro de 2016, que é só uma parte da NEP, no fundo, atualiza uma NEP de 2009, se não me engano, que era do antigo Depósito.

Isto é, as Unidades regem-se por normas de execução permanente para as áreas do pessoal, da segurança, das operações e da logística. Essas NEP definem o que é que cada um deve fazer em cada área.

Quando há um problema qualquer ao nível da segurança, ou um incêndio, ou uma violação do espaço, é ativado o plano de emergência ou o plano de segurança. Então, pressupõe diversas ações desde um estado X até um estado Y, em que se vão se vão incrementando níveis de segurança cada vez mais acrescidos, através do acionamento de secções, pelotões e aquilo que vai sendo entendido e que está no plano para ocupar determinadas posições no interior da Unidade. Mas esse plano de segurança é confidencial.

Em relação à NEP fora da realidade, não comento.

Qual era a outra pergunta do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda? Não se importa... Era a questão do que veio a público, sobre se foram utilizados carrinhos de mão para o transporte do material e qual era o tempo...

Realmente não sei. Para já desconheço o volume do material, o peso do material... Não tenho dados efetivos para saber quanto tempo demoraram, como fizeram, onde estavam.

Aquilo que conheço é o que está no relatório e numa planta anexa em que se diz qual é o local da violação do perímetro e quais são os paióis que foram violados. Tal como refere são cerca de 500 m, mas não tenho dados para responder...

Qual era a outra pergunta? Não registei...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Se estava em causa a segurança do País...

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Não tenho dados para responder. Não tenho elementos que me levem a responder se estava em causa a segurança do País ou não.

A Sr.^a Deputada Odete João falou da tal NEP que estaria fora da realidade, o que não faz sentido.

O nível de ameaça não foi alterado.

A questão da preocupação, controlo, entrega e levantamento do material, queria ser esclarecida sobre essa área, não era? Foi isso que percebi.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — O Sr. Coronel associou as rondas a essa atividade, portanto, no limite, poderia não existir uma ronda para segurança para além destas situações...

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Poderia haver menos rondas, realmente. Poderia haver menos rondas, uma vez que determinados meios estavam afetos ao controlo de acessos aos Paióis Nacionais de Tancos. Mas isso, pronto, é como nas Unidades normais quando se está a prestar um serviço. Porque, mesmo a própria NEP, que comete responsabilidades ao sargento da guarda, obriga a que ele faça esse controlo de acessos que é feito

reorganizando o efetivo que tem, atribuindo uns meios para aqui e outros para outro fim, neste caso para a execução das rondas.

O que é que falta fazer para não voltar a acontecer? É fazermos as coisas bem e colmatarmos as lacunas, neste caso, montarmos os sistemas de videovigilância, repararmos a vedação exterior, fazermos a atualização das normas e, se calhar, a atualização do plano de segurança.

Julgo que respondi a tudo.

Sr. Deputado Leonel Costa, sobre a questão dos efetivos, da diminuição dos 75%, dos 44 operacionais, isto é uma avaliação que faço. Julgo que não estavam todos cometidos à segurança diária e permanente dos paióis. Julgo que aquilo deveria estar dividido de uma determinada forma.

Não lhe consigo dar a organização, é difícil dá-la, porque nem sequer conheço o efetivo em termos de oficiais, de sargentos e de praças e, destes, quais eram os cabos e os soldados. E tudo isso faz com que consigamos organizar ou desorganizar a questão dos serviços.

Na certeza, porém, que tem de ser múltiplo de quatro. Os militares que fazem serviço de segurança têm de ter um período de descanso, de rotação, de três dias.

Quanto à questão das 20 horas sem rondas e se se deve à falta de pessoal, ou não, não se deve. Os efetivos estavam lá todos. A questão das rondas foi uma organização do serviço ou uma decisão do sargento da guarda. Isto é, as 20 horas sem rondas não têm justificação. Isto se realmente aconteceram 20 horas... É o que se fala, o que está escrito, porque não tenho dados concretos sobre isso.

Em relação às entidades pós furto, se fizeram ou não...

Como é que fomos informados? Era isso que me queria perguntar?

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Como é que teve conhecimento?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Como é que tive conhecimento? De uma forma verbal através de um camarada. Estava no Instituto Universitário Militar e foi esse camarada que me informou.

O Instituto Universitário Militar é uma entidade exterior ao Exército e foi através de uma conversa que um camarada me transmitiu esta informação...

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Em que dia? Antes ou após as notícias?

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Não consigo...Julgo que o camarada soube também notícias. É uma pessoa que está sempre *online* e, como tal, transmitiu-me essa informação. Mas, pela cadeia de comando, não poderia saber porque estava numa Unidade exterior ao ramo.

Se o furto ocorreu com naturalidade? Foi isso que perguntou?

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Foi tudo encarado com naturalidade. Não concorda que foi com naturalidade a mais? A naturalidade foi interpretação minha.

O Sr. Cor. Eng. **João Manuel Pires**: — Não o encarei com naturalidade. Não é normal haver furtos nas Unidades. Mas, por vezes, temos de encarar a realidade, quando eles acontecem e, depois, temos de desenvolver as diligências que são necessárias e suficientes para tentar colmatar as lacunas. Temos de identificar aquilo que se chama «lições aprendidas», analisar, fazer os processos de averiguações, ver o que é que correu mal, o que é que correu bem e tirar lições para o futuro.

Agora isso pode ser uma aparência que não consigo avaliar.

Sr. Presidente, não sei se respondi a todas as questões, se faltou alguma.

O Sr. **Presidente**: — Estou em crer que respondeu, Sr. Coronel. Da anuência das Sr.^{as} e Srs. Deputados, sou levado a concluir que sim.

Não havendo registo de inscrições para uma terceira ronda, resta-me agradecer a presença do Sr. Coronel João Manuel Pires.

Chamo a atenção das Sr.^{as} e Srs. Deputados que voltaremos a reunir no horário das 17 horas com a audição do Sr. Coronel João Paulo de Almeida.

Está encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 44 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.